UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ALISSON HENNING DA SILVA CRUZ

**ANDANDO POR ENTRE OS BECOS DO CENTRO HISTÓRICO DO RECIFE:
comércio de rua e mercado imobiliário**

RECIFE

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
ARQUITETURA E URBANISMO

ALISSON HENNING DA SILVA CRUZ

**ANDANDO POR ENTRE OS BECOS DO CENTRO HISTÓRICO DO RECIFE:
comércio de rua e mercado imobiliário**

TCC apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Norma Lacerda

RECIFE
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Cruz, Alisson.

ANDANDO POR ENTRE OS BECOS DO CENTRO HISTÓRICO DO
RECIFE: comércio de rua e mercado imobiliário / Alisson Cruz. - Recife,
2024.

78 : il., tab.

Orientador(a): Norma Lacerda

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -
Bacharelado, 2024.

Inclui referências.

1. Becos do Recife. 2. Comércio de rua. 3. Mercado imobiliário. I.
Lacerda, Norma. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

ALISSON HENNING DA SILVA CRUZ

**ANDANDO POR ENTRE OS BECOS DO CENTRO HISTÓRICO DO RECIFE:
comércio de rua e mercado imobiliário**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob orientação da Prof^a Dr^a Norma Lacerda.

Aprovado em: 23 / 10 / 24.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Norma Lacerda (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Iana Ludemir Bernardino (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Kainara Lira dos Anjos (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grand

Epígrafe

“Andando por entre os becos
Andando em coletivos
Ninguém foge ao cheiro sujo
Da lama da Manguetown “(...).

(MANGUEBEAT, 1996, faixa 1).

RESUMO

Baseado em discussões acadêmicas sobre as interações entre o comércio de rua e o mercado imobiliário, este trabalho visa desvendar tais relações nos becos do Centro Histórico do Recife – CHR. Entre os objetivos específicos estão: (i) identificar os becos existentes e os extintos com a abertura das Avenidas Guararapes e Dantas Barreto; (ii) caracterizar os produtos imobiliários e seus agentes (iii) os preços dos bens imobiliários vs. os estabelecimentos comerciais. O trabalho é dividido em três capítulos: o primeiro aborda a identificação e recuperação histórica dos becos através de revisões bibliográficas, fotografias e cartografias; o segundo caracteriza os produtos imobiliários e os agentes envolvidos, baseando-se nas visitas de campo e análises fotográficas; e por fim, o terceiro revela os preços dos bens imobiliários nos becos vs. os estabelecimentos comerciais, de acordo com os estudos realizados por Abramo e Lacerda (2020). Este trabalho, que contempla a exígua produção acadêmica sobre os becos, busca não apenas entender as dinâmicas entre o comércio de rua e o mercado imobiliário no CHR.

Palavras-chave: becos do Recife; comércio de rua; mercado imobiliário

ABSTRACT

Based on academic discussions on the interactions between street commerce and the real estate market, this work aims to uncover these relationships in the alleys of Recife's Historic Center (CHR). The specific objectives include: (i) identifying existing alleys and those that were removed with the opening of Guararapes and Dantas Barreto Avenues; (ii) characterizing real estate products and their agents; and (iii) comparing the prices of real estate versus commercial establishments. The work is divided into three chapters: the first addresses the identification and historical recovery of alleys through bibliographic reviews, photographs, and cartographies; the second characterizes the real estate products and the involved agents, based on field visits and photographic analyses; and finally, the third reveals the prices of real estate in the alleys versus commercial establishments, according to studies conducted by Abramo and Lacerda (2020). This work, which contemplates the limited academic production on alleys, seeks not only to understand the dynamics between street commerce and the real estate market in the CHR.

Keywords: alleys of Recife; street commerce; real estate market

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	IDENTIFICAÇÃO DOS BECOS E SUA RECUPERAÇÃO HISTÓRICA	13
2.1	SURGIMENTO DOS BECOS NA TRAMA URBANA DO CHR	13
2.2	IDENTIFICAÇÃO, RECUPERAÇÃO HISTÓRICA E DE SIGNIFICADOS	22
2.2.1	<i>Becos de São José</i>	23
2.2.2	<i>Becos de Santo Antônio</i>	32
2.3	A ABERTURA DAS AVENIDAS GUARARAPES E DANTAS BARRETO: DEMOLIÇÕES NO CENTRO HISTÓRICO DO RECIFE.....	52
3	PRODUTOS IMOBILIÁRIOS NOS BECOS: CARACTERÍSTICAS E AGENTES.....	59
3.1	O COMÉRCIO DE RUA NOS BECOS DO SUBMERCADO SÃO JOSÉ.....	59
3.2	CARACTERIZAÇÃO	64
3.3	AGENTES	69
4	PREÇOS DOS BENS IMOBILIÁRIOS NOS BECOS VS. ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS.....	70
4.1	SUBMERCADOS IMOBILIÁRIOS NO CENTRO HISTÓRICO DO RECIFE	70
4.2	PREÇOS DOS BENS IMOBILIÁRIOS NOS BECOS DO SUBMERCADO SÃO JOSÉ.....	72
5	CONCLUSÃO	76
6	REFERÊNCIAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

De acordo Zancheti (2008), o Recife foi se consolidando como cidade a partir do século XVII, durante o período da ocupação holandesa (1630 a 1654). Contudo, suas origens se referem a 1530. A cidade passou a ser expandida a partir do núcleo original, já consolidado pelos holandeses, ao redor de uma ermida no porto do Recife. Não apenas, a invasão holandesa continuou sua expansão longitudinalmente para a Ilha de Antônio Vaz. Segundo Reynaldo (2013), seguiu o plano urbanístico elaborado pelo arquiteto Pieter Post. Atualmente, a ilha é composta por quatro bairros, dentre eles, Santo Antônio e São José. Ainda em conformidade com Zancheti (2008), a construção do Forte Frederico Henrique e do Forte Ernesto, representados na Figura 1, teve um papel importante no processo da urbanização do Recife, uma vez que a implantação do plano urbanístico se iniciou ao sul do Forte Ernesto.

Figura 1 – Ilha de Antônio Vaz (1665). Elaboração: Alisson Cruz, 2023. Fonte: Atlas of Mutual Heritage, 2023.

Continuando com Zancheti (2008), os portugueses retomaram o território recifense em 1654. O processo de urbanização adotado durante a ocupação

holandesa foi descartado por não se adequar ao sistema lusitano que, de acordo com Alves e Reynaldo (2013), ganhou força com a construção de inúmeras igrejas católicas. Estas desenvolveram um papel importante na urbanização da cidade. Além de representarem resistência às repressões advindas do governo holandês ao catolicismo, passaram a substituir os elementos mais emblemáticos erguidos durante o período holandês.

Segundo o referido autor (2008), a expansão da cidade planejada pelos portugueses ocorreu de forma mais dispersa por causa da crise econômica oriunda das disputas territoriais. O Recife entrou no século XVIII com inúmeras tentativas portuguesas de apagar os vestígios do período holandês. Apesar dos esforços para limpar tais vestígios, linhas mestras do mencionado plano urbanístico holandês, além das fortalezas resistiram. Todavia, a maioria das edificações erguidas foi aniquilada.

Importa aqui esclarecer que o Centro Histórico do Recife – CHR é composto pelas Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-cultural - ZEPHs inclusas na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.176/1996) e no Plano Diretor Municipal do Recife (Lei nº 18.770/2020). Sendo elas ZEPH 8 (Boa Vista), 9 (Bairro do Recife), 10 (Santo Antônio e São José) e 14 (Casa da Cultura e Estação Central). As ZEPHs são categorizadas por dois setores de preservação: Setor de Preservação Rigorosa (SPR) e Setor de Preservação Ambiental (SPA). Os SPRs são formados por áreas que possuem grande importância histórico-cultural, sendo necessária uma preservação rigorosa e fiscalização das ações que visam garantir sua conservação, restauração e manutenção. Os SPAs são definidos como áreas intermediárias entre os SPRs e o entorno. Neles podem ser feitas demolições e reconstruções, mas que mantenham a preservação da paisagem do conjunto edificado. Conforme a Figura 02, os becos estão inseridos na Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-cultural 10 – ZEPH 10, composta pelos dois bairros, salvaguardados na Lei Nº18.770/2020 do Plano Diretor do Recife.

Acobertados por essa Lei, os becos têm a sua importância para a cidade do Recife reafirmada. Afinal, para garantir a preservação do patrimônio histórico e cultural, é preciso abraçar todas as partes constituintes do recorte protegido por lei.

Figura 2 - Centro Histórico do Recife (2023). Elaboração: Alisson Cruz, 2023 Fonte: Plano Diretor do Recife 2020

Este trabalho de conclusão de curso está inserido na pesquisa em rede Mercado Imobiliário nos Centros Históricos Brasileiros (MICH), coordenada pela professora Dr^a Norma Lacerda (no período de fevereiro de 2012 a junho de 2024), docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). São estudados os centros históricos das seguintes cidades: Belém-PA, São Luís-MA, Campina Grande-PB, além do Centro Histórico do Recife – CHR, objeto de estudo do Grupo de Estudos sobre o Mercado Fundiário e Imobiliário (Gemfi/UFPE).

É importante destacar que o autor deste trabalho também contribuiu para a pesquisa citada como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic), ofertada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Durante a vigência da bolsa desenvolveu os seguintes subprojetos: (i) *Alugam-se e/ou vendem-se barracas: descortinando os becos do centro histórico do Recife (2020-2021)*, (ii) *Alugam-se e/ou vendem-se barracas no Centro Histórico do Recife: resistência simbólica e preços de mercado (2021-2022)* e (iii) *Transações no mercado imobiliário do Centro Histórico do Recife: 2019 a 2023 (2022-2023)*. Assim desde 2020, o autor deste TCC tendo tido oportunidade de discutir as relações entre o comércio de rua e o mercado imobiliário dos becos.

Por isso, é preciso esclarecer o que acontece no mercado imobiliário formal do CHR, bem como sua dinâmica. Conforme Abramo e Lacerda (2020), São José é citado como um dos seis submercados imobiliários do CHR (Figura 04), sendo os demais: Bairro do Recife, Santo Antônio-Guararapes, Santo Antônio-Diário, Imperatriz- Rua Nova, Boa Vista. Todos eles correspondem a áreas de preservação rigorosa, consoante as referidas legislações importa registrar que a chamada área institucional, embora possua estabelecimentos de uso comercial e de prestação de serviços, foi excluída como submercado devido à grande concentração de órgãos públicos (Palácio do Governador, Tribunal de Justiça, Teatro Santa Isabel, Antiga Estação Centro do Recife). Neste TCC voltaremos a atenção para o que acontece no submercado São José, uma vez que os principais becos nele se encontram.

Baseado nas discussões e produções acadêmicas a respeito das relações entre o comércio de rua e o mercado imobiliário, mas também como esses dois fatores contribuem para a conservação dos becos, o presente trabalho tem por objetivo geral **desvendar as relações entre o comércio de rua e o funcionamento do mercado imobiliário nos becos do Centro Histórico do Recife.**

Para orientar o desenvolvimento do estudo, foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- (i) identificar os becos existentes e recuperar historicamente aqueles que deixaram de existir com a abertura das Avenidas Dantas Barreto e Guararapes;
- (ii) caracterizar os produtos imobiliários negociados nos becos e identificar seus agentes;
- (iii) revelar os preços coletados dos bens imobiliários nos becos, no confronto com os estabelecimentos comerciais.

Afim de atingir os objetivos citados acima, este trabalho foi pensado em uma divisão por três capítulos. O primeiro deles – *Identificação dos becos e sua recuperação histórica* – mostra, por meio de revisões bibliográficas, fotografias e cartografias, a formação dos becos na trama urbana do CHR, e identifica quais deles deixaram de existir com o rasgo no tecido histórico para dar passagem as Avenidas Guararapes e Dantas Barreto.

O segundo – *Os produtos imobiliários nos becos: características e agentes* – apresenta as características em comum entre os becos estudados, tais como extensão, largura, tipos de serviços e produtos ofertados e tipologias. A caracterização

dos becos se deu a partir de visitas em campo, análises fotográficas, *softwares* como ESIG e *Google Earth*. Além disso, evidencia preços do metro quadrado das ofertas de aluguel de barracas situadas nos becos e indica os agentes envolvidos nas transações imobiliárias. Para obtenção dos preços de aluguel foram realizados questionários com os comerciantes.

Por fim, o terceiro – *Preços dos bens imobiliários nos becos vs. estabelecimentos comerciais* –, baseando-se nos estudos sobre o mercado imobiliário nos Centros Históricos Brasileiros (em especial o de Abramo e Lacerda (2020)), realiza uma análise dos preços do metro quadrado das ofertas de aluguel de barracas localizadas nos becos, confrontando com as médias dos preços do metro quadrado dos estabelecimentos comerciais situados nos submercados imobiliários.

Para além do que afirma Halley (2012) a respeito da produção acadêmica sobre os becos ser exígua, a justificativa desse tema de pesquisa perpassa não apenas pela necessidade de compreender como o comércio de rua e as ofertas de aluguel de barracas nos becos se relacionam com o mercado imobiliário no CHR, mas também pela importância de complementar as produções acadêmicas sobre Santo Antônio e São José que possuem uma vasta literatura, contudo, muito pouco sobre os becos. Para além do mundo acadêmico, este trabalho pode contribuir como referencial para ações de planejamento urbano, gestão pública sobre áreas históricas e ressaltar a história desses becos que há décadas são ocupados por muitas famílias de comerciantes.

2 IDENTIFICAÇÃO DOS BECOS E SUA RECUPERAÇÃO HISTÓRICA

Este capítulo se propõe a identificar os becos existentes no Centro Histórico do Recife (CHR), mais precisamente nos bairros Santo Antônio e São José, e recuperar historicamente aqueles que deixaram de existir após as intervenções para a abertura das Avenidas Guararapes e Dantas Barreto.

Além disso, o levantamento histórico dos becos, realizado através dos acervos digitais da *Fundação Joaquim Nabuco* e do *Museu da Cidade do Recife*; assim como os periódicos disponíveis no acervo digital da *Biblioteca Nacional*, foram de extremo importantes para finalização desta pesquisa. Não apenas, a minuciosa análise das informações coletadas através do “*Atlas Cartográfico e Geográfico do Recife*” segundo Menezes (2016), comparadas ao ESIG, nortearam este trabalho. Incluso ainda, a “*Enciclopédia Urbana do Recife*” Cavalcanti (2018).

2.1 Surgimento dos becos na trama urbana do CHR

“Sobre os becos, faz-se necessário esclarecer que a literatura científica é exígua. São de uma forma geral, lembrados e cultuados tanto na cultura popular urbana, através de letras de músicas e expressões populares, quanto na poesia [...]” (HALLEY, p. 4, 2012). Para andar por entre os becos do Centro Histórico do Recife e reconhecer a importância de sua preservação, é preciso antes de tudo averiguar de como eles surgiram. Afinal, esses becos estão nas músicas, nas poesias e no cotidiano de quem transita pelos bairros de Santo Antônio e São José. Esses dois bairros possuem um tecido urbano resultante do palimpsesto dos processos da colonização, como aponta Zancheti (2008).

Como dito introdutoriamente os dois aludidos bairros são frutos dos primeiros processos de ocupação da cidade do Recife, que remontam ao século XVII, durante a invasão holandesa (1630-1654). De acordo com Zancheti (2008), o Recife começou

a se estabelecer como núcleo urbano¹ a partir do século XVII no decorrer da invasão holandesa. Contudo, sua primeira menção na história do Brasil remete ao ano de 1530. O município passou a ser ocupado a partir do espraiamento do núcleo original, já consolidado pelos holandeses, ao redor de uma ermida no porto do Recife. Não obstante, a invasão holandesa continuou a crescer longitudinalmente, seguindo em direção à Ilha de Antônio Vaz que, segundo Reynaldo (2013), formou-se após a execução do plano urbanístico elaborado pelo arquiteto Pieter Post. Atualmente, a ilha é composta por quatro bairros, dentre eles, Santo Antônio e São José.

A respeito do surgimento do bairro Santo Antônio, em concordância com Cavalcanti (2018), é possível afirmar que antes de ser denominada Ilha de Antônio Vaz era chamada, no período anterior à invasão holandesa (1630), de “Ilha dos Navios”. O autor ressalta ainda que:

Existiam na então “Ilha dos navios”, depois de “Antônio Vaz”, apenas alguns casebres de pescadores e o convento onde os neerlandeses instalaram o “forte do Ernesto”. A ilha tinha a denominação de “Porto dos Navios”, por nela existir um estaleiro onde se construíam algumas embarcações. Já foi conhecida como Ilha do Governador, por ter em seus limites o “Palácio de Friburgo”, edificado por Nassau e o Colégio dos Jesuítas que, posteriormente, serviu de morada para os governadores de nossa província. Foi também nessa localidade que Maurício de Nassau se instalou ao chegar no Recife (1637). Seu nome homenageia o padroeiro do Recife: Santo Antônio. (CAVALCANTI, 2018, p. 456)

Nos primórdios da área que hoje compreende o bairro de São José, juntamente com Santo Antônio, de acordo com Cavalcanti (2018), esta região fazia parte da Cidade de Maurícia, anteriormente conhecida como a ilha de Marcos André. Posteriormente, o território passou a pertencer ao Sr. Ambrósio Machado, proprietário do engenho Cordeiro. Ainda consoante ao autor (2018), em 1630 os holandeses ergueram o “Forte Frederich Hendrick”, atualmente conhecido como Forte das Cinco Pontas, com o objetivo de garantir o acesso às águas das cacimbas locais. Segundo Cavalcanti (2018), posteriormente, a propriedade passou para Sr. Taborda, cujo nome também ficou associado à Campina. O autor ainda ressalta que, ao longo do tempo,

¹ Com a economia garantida pelos mascates portugueses, ocorreram grandes transformações no Recife. Mas é apenas em no início do século XVIII (1709) que o núcleo urbano é elevado à categoria de vila.

a área passou por diversos aterros e melhorias, atraindo um número crescente de moradores, especialmente a partir de 1875. Nesse ano, em 7 de setembro, foi inaugurado o majestoso Mercado de São José na antiga Ribeira do Peixe.

Como é amplamente reconhecido, o bairro foi nomeado em homenagem a São José, pai terreno de Jesus. Como chamada a atenção, na parte introdutória deste trabalho, as inúmeras disputas territoriais entre holandeses e lusitanos – finalizada com a retomada da cidade pelos portugueses, o início do século XVIII ficou marcado pela incansável tentativa portuguesa de varrer, para fora da ilha, toda e qualquer lembrança da invasão holandesa na cidade (ZANCHETI, 2008). Ainda que tenham sobrado o Palácio das Torres e algumas fortalezas, a maior parte das edificações construídas pelo adversário foi demolida.

Ainda segundo Zancheti (2008), ao final do século XVIII, a área onde hoje se encontram os bairros de Santo Antônio e São José possuía uma trama urbana composta por formas dinâmicas e seriadas, com edificações variadas e uma estrutura descentralizada. Segundo o autor, essa justaposição espacial – que se expandia conforme as necessidades emergiam no decorrer do tempo – criou uma geometria urbana que possibilitava novos percursos e ampliava as possibilidades de significados no imaginário dos habitantes e daqueles que andavam por entre os becos do CHR. Não somente, ele ressalta também que:

Os percursos eram organizados segundo dois tipos: o primeiro era formado por ruas relativamente largas, que ligavam partes importantes da cidade. Eram eixos urbanos formados por longas ruas retas, interligadas por inflexões abruptas de direção e bem marcadas por elementos arquitetônicos. O eixo era pontuado por cruzamentos de ruas perpendiculares, em intervalos regulares. Em geral, esse tipo de percurso ligava uma porção interna da cidade a uma estrada que saía para o campo. O segundo era formado por um sistema de junções de ruas estreitas, com as mesmas mudanças abruptas de direção, que ligam largos e praças (ZANCHETI, [s.d], p. 8).

Vasconcelos, Maciel e Lacerda (2018) reconhecem o segundo tipo da trama urbana ao afirmarem que “O tecido urbano do bairro de São José e parte do bairro de Santo Antônio é formado por um traçado de ruas e becos irregulares, muitos deles desembocando em pátios de igrejas centenárias” (VASCONCELOS; MACIEL e LACERDA, 2018, p. 4). A Figura 03 exemplifica bem a diversidade de percursos, as ruas estreitas, os becos, contrastando com a ortogonalidade do traçado urbano visto na Figura 01

Figura 3 – Mapa dos Becos identificados. Fonte: própria, 2024.

Pode-se visualizar, cartograficamente, que os becos se encontram, em sua maioria, no eixo transversal. Segundo Silva (2018), os becos passaram a ter mais expressividade a partir do *Vuco-vuco* gerado pelo comércio popular das ruas de Santo Antônio e São José, a exemplo da Rua Direita, Rua da Penha e a Rua das Calçadas, todas localizadas no eixo longitudinal, apontado por Zancheti (2008) como o início do traçado urbano da Ilha de Antônio Vaz.

Em consonância com Souza, é fundamental reconhecer que o espaço urbano, compreendido como beco, desempenha uma importante função de encontro. Afinal,

Nas ruas e becos densamente povoados dessas mesmas cidades todos se conhecem bem e se encontram em contato contínuo. Naturalmente, nos becos, como em todas as partes, as pequenas rixas são inevitáveis, mas também se desenvolvem relações segundo as inclinações pessoais, e dentro destas relações se pratica a ajuda mútua em tais proporções que as classes mais ricas não têm ideia (SOUZA, 1989, p. 139).

Além disso, muito pouco se sabe, pela literatura científica, mas eles estão presentes no cotidiano recifense, seja ao frequentar o *vuco-vuco* ou ao mandar alguém “pegar o beco”, como apontado por Halley (2012):

A permanência parcial desse discurso no Recife associado a vocação popular do beco sugeriu uma série de expressões utilizadas no dia a dia pelos cidadãos. Nesse sentido, o sujeito que se encontra numa dificuldade insuperável, logo se vê num “beco sem saída”, uma alusão a definição do beco no sentido topográfico entendido como “rua estreita e curta, geralmente fechada num extremo” [...] Outra expressão diz respeito a despedida, o indivíduo que precisa se ausentar estar “desocupando o beco” ou “desinfetando o beco”. O mesmo de ir “pegar o beco”, no caso do Recife. (Op. Cit., p. 6).

Para Halley (2012), a força desses percursos influencia a toponímia dessas ruas. Algumas foram denominadas travessas. Importante lembrar que a utilização desse termo faz referência a um caminho estreito, curto e interligado transversalmente por duas ruas importantes. Essa noção se assemelha ao conceito de becos que também são ruas curtas, estreitas e que interligam ruas com maiores fluxos. Embora o termo travessa tenha sido mais utilizado para denominar esses tipos de arruamentos, é possível perceber que alguns becos se estabeleceram enquanto becos para o povo, primeiramente, e nos registros oficiais posteriormente.

O Beco do Marroquim exemplifica muito bem isso. Esteve registrado como travessa do Marroquim, mas hoje nas *Informações Geográficas do Recife – ESIG* consta como beco. Conhecido por muitos por suas rendas, redes e tecidos estendidos pelo caminho, uma bela alusão ao oriente. Outro exemplo da força dos becos no imaginário popular e no comércio de rua do Recife é o Beco do Veado Branco, nome popular adotado para a Travessa de São Pedro, lugar conhecido por seus amoladores de alicates, facas, tesouras e barbeiros. A Rua das Flores carrega o nome de Beco do Relojoeiro.

Embora, ao longo dos anos, o poder público tenha evitado adotar a toponímia popular do Recife, é evidente que os nomes de origem e significado popular ainda resistem. A nível de exemplo, no bairro de Santo Antônio, temos a Rua das Flores, que, devida à alta concentração de relojoeiros, se popularizou como Beco do Relojoeiro. A constante mudança dos nomes das ruas do CHR causava inquietação, no 1º secretário do instituto arqueológico, Mario Mello, já no início do século XX. A afirmativa se comprova a partir de uma matéria encontrada, Figura 4: AS RUAS DO RECIFE. Memória lida no instituto arqueológico em sessão de 18 do corrente, pelo dr. Mário Mello, 1º secretário. *Diário de Pernambuco – Recife*, 20 mar. 1920, p. 1.

Como podemos ver, na Figura 4, para Mario Mello (1920), a toponímia das cidades tradicionais, como o Recife, deveria representar os fatos históricos nelas ocorridos. Por isso a sua conservação precisaria ser imposta, na medida do possível. É importante destacar o recorte temporal dessa fala, uma vez que, ao questionar o apagamento histórico causado pela troca dos nomes antigos por figuras políticas, o 1º secretário não se refere aos antigos becos, mas às ruas que carregavam a lembrança do Brasil colonial, como a nomeada rua do Imperador D. Pedro II.

Figura 04 – Recorte de jornal sobre as ruas do Recife. Fonte: disponível em <https://memoria.bn.gov.br/>. Acesso em: 10/07/2024

De acordo com Mario Mello (1920), essas mudanças na nomenclatura das ruas, becos e travessas, começaram a ocorrer a partir do surgimento da República. Segundo ele, à época, havia apenas dois anos que a prefeitura do Recife tomara a iniciativa de identificar, com placas em cada esquina, os logradouros existentes. Como consequência dessa iniciativa, o prefeito havia sido autorizado, pelo Conselho Municipal, a rever e modificar os nomes das ruas e praças da cidade. Após as suas inquietações com as alterações feitas pela prefeitura, Mario Mello afirmou na mesma matéria, ter se dado ao trabalho de organizar o primeiro dicionário de todas as ruas do município do Recife, com seu nome moderno, antigo e antiquíssimo. De acordo com ele, o Recife possuía 472 ruas, 28 avenidas, 9 estradas, 96 travessas, 2 becos e

1 parque. Ele ressaltou ainda que mais de 80% das ruas sofreram mudanças, algumas, consoante a sua avaliação, desnecessárias. Defendia, também que as alterações empreendidas pela prefeitura estavam precisando ser repensadas.

E o princípio aceito, geralmente, que políticos vivos, em atividade, não devem dar nomes a ruas e praças. Assim, a prefeitura apagou o nome do governador Dantas Barreto de uma praça em Santo Amaro, o nome do governador Barbosa Lima de uma avenida na Boa Vista, o do senador Rosa e Silva de uma rua da boa vista, e o do deputado Júlio de Mello de uma avenida na Magdalena. Mas conservou muitos outros, como do de Archimedes de Oliveira, numa rua na boa vista, e Eudoro Correia numa outra da Encruzilhada. (AS RUAS DO RECIFE. Memória lida no instituto arqueológico em sessão de 18 do corrente, pelo dr. Mário Mello, 1º secretário. *Diário de Pernambuco* – Recife, 20 mar. 1920, p. 1. Disponível em < https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=beco&pagfis=713> Acesso em: 25 jul. 2024.)

Para Mario Mello (1920), ao retirar os nomes das grandes figuras históricas das ruas, a prefeitura estava degradando a memória desses heróis. Parecia-lhe uma afronta algumas ruas batizadas como:

Rua Dona Elvira, Dona Elisa, Dona Julieta, rua Frederico, rua Idalina, rua do Ventura, Rua do Veiga, Travessa Bella, Travessa Elvira, Travessa do Jacinto, Travessa do Sabino, Travessa do Valente etc. Dir-se-ia que esses Frederico, Ventura, Jacinto, têm na nossa história nome de maior realce que Antônio Joaquim, Silva Jardim, Barreto de Menezes, ou que as Elvira, Idalina, Julieta consagradas nas placas da prefeitura realizaram feitos mais notáveis que Leonor Porto e Maria de Souza. (AS RUAS DO RECIFE. Memória lida no instituto arqueológico em sessão de 18 do corrente, pelo dr. Mário Mello, 1º secretário. *Diário de Pernambuco* – Recife, 20 mar. 1920, p. 1. Disponível em < https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_10&Pesq=beco&pagfis=713> Acesso em: 25 jul. 2024.)

A respeito dessas mudanças, segundo Mario Mello (1920), há uma interessantíssima: a rua que hoje conhecemos como Rua do Porão, em Santo Antônio, naquela época era o popular “Beco dos Porcos”. Mas teve seu nome alterado para Rua do Porão por “não cheirar bem”. Ademais, como apontado por A. Fernandes (1920), após as contestações feitas por Mario Mello, levou 148 dias, aproximadamente 5 meses, para que fosse publicado, em 15 de agosto, o primeiro dicionário completo das ruas do Recife.

interessante indicador onde ao lado dos nomes antigos e modernos das artérias da cidade se lê um ligeiro histórico dos bairros em que a mesma se divide. Numa capital como a nossa que dia a dia se expande e progride e onde as guias não são numerosas, antes escasseiam, esse dicionário corresponde a uma necessidade incontestável. (Fernandes, A. De uns e de outros. *Diário de Pernambuco*: Recife, 15 ago. 1920, p. 5 Disponível em < https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_1_0&Pesq=%22becco%22&pagfis=1790>. Acesso em 25 jul. 2024.)

Além disso, Fernandes (1920) ressalta que os dados foram levantados com base na última estatística predial municipal, onde evidenciou que o município do Recife possuía 38 mil fogos, 13 mil prédios em alvenaria, 9 mil casas de taipa, 16 mil mocambos, dispostos em 472 ruas, 28 avenidas, 97 travessas, 2 becos, 19 estradas, 2 largos e 1 parque. Durante a matéria para o *Diário de Pernambuco* a respeito da primeira publicação do dicionário das ruas do Recife, o apagamento histórico, propositalmente, dos becos fica cada vez mais evidente quando A. Fernandes (1920) afirma:

“Assim por exemplo dar-se o nome de avenida àquilo que não passa de um sórdido beco, com todas as letras. Com que cara não ficaria o nosso ilustre patricio sr. Santos Dummont se soubesse o que vem a ser a avenida do seu nome! Essa estatística promoveu ao posto de avenida as mais autênticas travessas ou cousa que o valha que nós conhecemos. Em compensação reduziu (ó estatística maravilhosa e patriótica!) o número de becos. Nestas condições é que o dicionário regista, conforme a estatística oficial, 28 avenidas e tão somente 2 becos, com o que só temos motivos de nos felicitar e de dar graças a Deus!” (Fernandes, A. De uns e de outros. *Diário de Pernambuco*: Recife, 15 ago. 1920, p. 5 Disponível em < https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_1_0&Pesq=%22becco%22&pagfis=1790>. Acesso em 25 jul. 2024.)

Sobre a discrepante diferença entre o total de becos de travessas, é válido lembrar que, segundo Halley (2018) não existe distinção entre esses arruamentos. No CHR há dois becos que resistem ao apagamento histórico nas *Informações Geográficas do Recife – ESIG*, o Beco do Marroquim e o Beco do Sirigado. Sendo o primeiro uma rua transversal do Cais de Santa Rita até a Rua Praia. Se estreita a partir dessa rua até a Rua do Rangel, toma o formato de beco até a Rua da Penha. O segundo beco, segue, transversalmente, estreito, da Rua das Calçadas até a Rua Direita. Contudo, em conformidade com Halley (2018), está descrito no ESIG como Travessa do Sirigado, sendo importante destacar:

Aqui, faz-se necessário lembrar que a palavra travessa, no sentido de rua, designa um caminho estreito e curto de sentido transversal entre duas outras mais importantes. Noção semelhante a de beco, cujo uso vem sendo mais empregado pelo poder municipal para nomear este tipo de arruamento. O que resulta numa tentativa de arrefecer a palavra beco da toponímia do Recife, afora o seu complemento fruto do sentimento coletivo dos habitantes de pertencerem a uma localidade (HALLEY, 2012, p. 7).

Segundo o historiador Raimundo Arrais (2004) *apud* Halley (2018), o costume municipal de mudar os nomes de ruas e becos do Recife, teve início na segunda metade do século XIX, quando buscou-se moldar a cidade aos imperativos do progresso, por meio de uma "reconversão toponímica" do espaço público. Este deveria contribuir para a formação da sociedade, ilustrando e recordando épocas e feitos históricos. Um dos precursores dessa iniciativa foi o filósofo Antônio Pedro de Figueiredo, que, insatisfeito com os nomes das ruas do Recife de sua época, especialmente os dos becos, afirmou: "os nomes entre nós não têm significação histórica, eram aberrações como Beco do Peixe Frito". Em outra ocasião, em 1857, ele se referiu ao antigo Beco das Miudinhas, no bairro do Recife, como tendo uma denominação "tão absurda como outras muitas".

Ademais, em consonância com Arrais (2004) *apud* Halley (2018), outros becos e ruas não se adequavam ao conceito de "próprio nacional" daquele período e precisaram ter seus nomes alterados a partir de 1866, em decorrência das ações de vereadores e do recém-criado Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, que buscava homenagear heróis e eventos do estado por meio dos espaços urbanos. Podemos tomar como exemplo o Beco das Miudinhas, que passou a ser chamado de Rua dos Mascates; o Beco da Lingueta, que se transformou em Rua Tomé de Souza; o Beco do Marisco, atualmente conhecido como Rua de Frei Henrique; e o Beco dos Ferreiros, que se tornou Rua 7 de Setembro, todos localizados nos bairros centrais do Recife.

Desse modo, de acordo com Halley (2018), as concepções discriminatórias em relação aos becos se concretizaram em uma cidade que buscava modernizar-se, eliminando características coloniais e tropicais de seu traçado urbano. Assim, a palavra "beco" passou a ser vista como um termo do passado, que evocava as limitações urbanas do Recife em contraste com a grandiosidade das ruas largas, praças ajardinadas e edifícios monumentais desejados pelas elites locais na época.

2.2 Identificação, recuperação histórica e de significados

Primeiramente é válido ressaltar que, de acordo com Cavalcanti (2018), a história das ruas do Recife tem sido abordada por diversos autores, especialmente no início do século passado, mas ainda apresenta desafios para os historiadores. Pereira da Costa, Sebastião de Vasconcelos Galvão, José Domingos Codeceira, Barbosa Viana, Mário Sette, Mário Melo e Aníbal Fernandes, entre outros, discutiram as ruas, mas suas análises muitas vezes foram superficiais ou saudosistas à invasão portuguesa. Alguns, como Pereira da Costa, serviram como fontes para os demais, que utilizaram suas informações de forma cautelosa. Isso evidencia que o tema ainda carece de uma atualização mais aprofundada.

Segundo Fátima Quintas (2008), há alguns questionamentos intrigantes que permeiam os becos. A autora questiona, por exemplo, se esses caminhos estreitos e enigmáticos teriam surgido de amores proibidos em busca de esconderijo e/ou se eles revelariam uma demanda de socialização ou somente a necessidade de travessia entre as grandes avenidas e ruas de fluxo intenso. E, por fim, ela levanta mais uma questão: qual é a relevância de desvendar a clandestinidade dos becos? E acrescenta sobre o seu fascínio e atração, precisamente por eles se situarem à margem dos projetos urbanos planejados. Eles aparecem de maneira espontânea, carregando uma malícia cativante. Os nomes desses becos também refletem sua condição de intrusos, distantes dos formalismos desnecessários: Beco da Viração, do Serigado, da Luxúria, do Sarapatel, do Veras, do Calabouço, da Roda, do Quiabo, das Sete Casas... E para quem não sabe, a Rua Tobias Barreto era conhecida como Rua dos Sete Pecados Mortais.

De acordo com as diversas notícias encontradas nos periódicos disponíveis no *acervo digital da Biblioteca Nacional*, os nomes das ruas do centro do Recife mudaram bastante ao longo dos séculos e contam muito sobre a história e a cultura de cada um desses lugares.

A seguir, recuperamos brevemente a história dos becos que ainda resistem ou foram atropelados pelo “progresso”.

2.2.1 Becos de São José

Beco do Marisco

Em conformidade com Cavalcanti (2018), conhecida como Rua Frei Henrique, originalmente, era chamada de Beco do Marisco. Surgindo como consequência dos inúmeros aterros feitos na região e fortalecido pela construção da Igreja dos Martírios, posteriormente demolida. Em 1870, a prefeitura havia decidido homenagear o Frei Henrique de Coimbra, franciscano, reconhecido historicamente por ter celebrado a primeira missa no Brasil. Assim, renomearam o antigo beco, apagando a sua história, em homenagem ao sacerdote que estava associado à expedição de Pedro Álvares Cabral. O referido autor destaca que a nova nomenclatura não inclui o nome completo do Frei Henrique, e nem o significado da homenagem.

Em adição, nas primeiras décadas do século XIX, em 1829, o *Diario de Pernambuco* acabava de publicar um anúncio referente a venda dos últimos bilhetes da rifa ofertada pelo senhor Manoel Marques Vianna, o aviso direcionava os interessados aos estabelecimentos comerciais envolvidos. Dessa maneira, aparecia, pela primeira vez, o Beco do Marisco no jornal. É válido destacar que a menção ao beco, como ponto de referência, serviria a quem quisesse se direcionar à Rua dos Martírios para adquirir o seu bilhete,

Figuras 5 e 6 - Recorte de jornal sobre becos. Fonte: disponível em <https://memoria.bn.gov.br/>. Acesso em: 10/07/2024

Beco do Marroquim:

O Beco do Marroquim ilustra, de maneira significativa, como os nomes das ruas, becos e travessas, podem carregar a história e a cultura de uma comunidade, ainda que a pessoa homenageada não tenha grandes feitos históricos. De acordo com Cavalcanti (2018), o nome “Beco do Marroquim” é uma homenagem a um antigo morador da localidade.

Figuras 7 e 8 – Beco do Marroquim Fontes: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (7) e Acervo do Museu da Cidade do Recife (8)

Segundo esse autor, essa prática pode ser observada em vários outros logradouros de Santo Antônio e São José. A estratégia de batizar as avenidas, ruas, becos e travessas em referência às figuras populares que habitaram a região é uma característica comum. Ao nomear os becos em memória aos seus habitantes mais marcantes, no imaginário popular, a identidade do local é fortalecida e promove um senso de pertencimento entre os moradores. Ainda em conformidade com esse autor, outras ruas à mesma maneira, como a Travessa do Bandeira, do Raposo, da Bela, do Gusmão e do Gaspar, deixando ainda mais evidente que essa prática é um traço marcante na região, refletindo também a importância das relações sociais na configuração dos espaços urbanos.

Convém salientar que os moradores do Beco do Marroquim, anteriormente conhecido como Beco do Carcereiro, enfrentavam sérios problemas de infraestrutura

e falta de saneamento básico no início do século XX. Como denunciado, em junho de 1920, no *Diário de Pernambuco*, a vizinhança solicitava reparos urgentes nas calçadas, que se tornaram intransitáveis devido às chuvas recentes, deixando a rua cheia de lama e sujeira, Figura 9. Além disso, no mesmo período, os residentes reclamaram do acúmulo de lixo já que, segundo eles, a limpeza pública não era realizada há seis meses, agravando as condições insalubres do local. Figura 10

A partir dessas queixas é possível refletir sobre a relevância do Beco do Marroquim na dinâmica urbana da época e a necessidade de chamar a atenção das autoridades para garantir mais qualidade de vida, fazendo valer os seus direitos.

Figuras 9 e 10 - Recorte de jornal sobre queixas dos moradores. Fonte: disponível em <https://memoria.bn.gov.br/>. Acesso em: 11/07/2024

Beco dos Martírios

Segundo Cavalcanti (2018) a Rua, Travessa ou antigo Beco dos Martírios, foi nomeada para homenagear a antiga Igreja dos Martírios, um importante marco histórico e cultural destruído, durante as reformas do segundo governo de Augusto Lucena, para a abertura da Avenida Dantas Barreto.

Figura 11 - Recorte de jornal sobre anúncio de vendas. Fonte: disponível em <https://memoria.bn.gov.br/>. Acesso em: 11/07/2024

Essa denominação também representa as relações entre o espaço urbano e a memória coletiva da comunidade em relação à igreja. Além disso, a demolição da igreja dos martírios parte de um processo de modernização urbana que resultou na perda de patrimônios históricos, na transformação da identidade cultural e paisagística do CHR. Desse modo, o nome "Travessa dos Martírios" aponta uma forma de preservar a memória da igreja e das vivências urbanas influenciadas pelos fluxos de fiéis à igreja, ressaltando a importância de valorizar os elementos que constituem a identidade de um lugar, mesmo diante das mudanças urbanas. Nas Figuras 12 e 13 é pode-se visualizar a antiga Igreja dos Martírios.

Figuras 12 e 13 – Antiga Igreja dos Martírios Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco, 2024.

Mesmo após a confirmação das previsões de demolição da Igreja dos Martírios em 1946, nenhuma parte interessada se moveu para defender este templo naquela época. Segundo Loretto (2008), várias inferências podem ser colocadas nesta situação. Primeiro, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios não levantou sua voz contra a ameaça da destruição do seu templo, permanecendo em silêncio, o que pode significar que eles não se importaram com o que aconteceria com a igreja naquele momento ou que não acreditavam que a avenida seria realmente aberta. A segunda é que, naquela época, os Martírios eram um tópico sem importância para as discussões dos intelectuais do período; muito pouco foi dito, por eles, sobre a demolição prevista. A terceira inferência se refere à diferença na forma como reagiram a Comissão do Plano da Cidade e o DPHAN, para ser exato, a respeito da demolição iminente do Pátio de São Pedro em comparação à Igreja dos Martírios. Segundo a

autora, a respeito da extinção do Pátio de São Pedro houve manifestações, porém, nenhuma manifestação foi feita em prol da Igreja dos Martírios. Não obstante, ainda em conformidade com essa autora, uma inferência final pode ser tirada a respeito da pouca importância, ou falta dela, dada à Igreja dos Martírios pelos planejadores urbanos que defendiam sua demolição.

Beco dos Porcos

Figura 14 - Demolições no Beco do Porcos Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife, 2024.

A rua que hoje conhecemos por Rua do Porão, possuía outro nome que, segundo o historiador Mario Mello, como já exposto, devido ao mal cheiro associado ao beco, havia sido trocado. Apesar do mal cheiro, as vivências urbanas na localidade continuavam vivas. De acordo com um artigo publicado no Jornal Pequeno, em 1904, dizia:

No Pátio do Mercado, Beco dos Porcos, existe uma casa onde diversos indivíduos suspeitos reúnem-se para jogar todas as noites. Há poucos dias, segundo nos informaram, deu-se barulho ali, saindo um dos tais jogadores bastante maltratado a cacetete. Seria de grande feito que a polícia acabasse com aquele covil, mesmo para o sossego

dos moradores das circunvizinhanças. (Jornal Pequeno, Disponível em: <<

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&Pesq="beco%20dos%20porcos"&pagfis=6984">>](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&Pesq=)

Beco do Sirigado

Segundo Cavalcanti (2018), a Travessa do Sirigado, situada paralelamente à Rua dos Pescadores, é uma homenagem às comunidades pesqueiras do Centro Histórico do Recife.

Figura 15 e 16 – Beco do Sirigado Fonte: Fundação Joaquim Nabuco e Museu da Cidade do Recife, 2024.

O nome "sirigado" faz referência a um peixe muito popular nos mares tropicais, simbolizando a importância econômica e cultural da pesca nas comunidades locais. Essa toponímia para um beco destaca a relação entre o espaço urbano e as tradições pesqueiras, evidenciando como a escolha do nome da rua vai além de uma simples designação, exaltando a profissão e a herança cultural associada à pesca na região

De acordo com uma matéria publicada no *Diário de Pernambuco*, em 3 de setembro de 1830, o Beco do Sirigado foi mencionado pela primeira vez no jornal, sendo esse, possivelmente o registro mais antigo até então. Esse marco histórico destaca a importância do local no contexto urbano da época, evidenciando sua relevância para a compreensão das transformações urbanísticas e sociais que ocorreram no Recife durante o século XIX. A matéria, que inclui anúncios sobre a

busca por liberdade de pessoas escravizadas, reflete as dinâmicas sociais e econômicas presentes na cidade, também anuncia um produto imobiliário situado à esquina ao Beco do Sirigado Figura 17.

8 Huma venda com bons generos, na rua Direita, na esquina do beco do Sirigado, e se faz prazo de algum dinheiro: os portendentes dirijaõ-se a mesma.

Figura 17 - Recorte de Jornal: Beco do Sirigado Disponível em: <<[Diario de Pernambuco \(PE\) - 1825 a 1839 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)>> Acesso em 10/07/2024

Segundo Ricci (2000), ao analisar a história de Pernambuco, observa-se que a região, além de ser o berço de importantes revoluções como as de 1817, 1824 e a Praieira, também possui uma rica tradição de revoltas escravas. Essa dualidade histórica, onde a luta pela liberdade coexistia com a rotina escravista marcada pela dor e sofrimento de africanos e crioulos, moldou profundamente a paisagem física e a identidade cultural do lugar. Portanto, ao estudar o desenvolvimento urbano de Pernambuco, é essencial considerar como esses eventos históricos influenciaram a formação social e cultural da região, evidenciando a resistência e a resiliência de seu povo.

Em adição, conforme publicado também no Diario de Pernambuco, porém, décadas depois, o Beco do Sirigado estava de fato incorporado ao mercado imobiliário da época. Dessa vez, com a oferta de aluguel de um imóvel comercial, nº 27, situado no aludido beco. Figura 18

ALUGA-SE — A loja n. 27 no Becco do Sirigado. Informações no "Jornal do Recife".

Figura 18 – Anúncio de aluguel. Disponível em: <<[Diario de Pernambuco \(PE\) - 1825 a 1839 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)>> Acesso: 04/07/2024.

Beco do Veado

Segundo noticiado no Diario de Pernambuco (1827), a partir do início do século XIX, o beco que ligava a Rua Direita ao Pátio de São Pedro já era um importante via

da cidade. Em 1827, uma moradora, Maria Antonia das Mercês, oferecia em sua casa aulas de leitura, escrita, costura e bordado para moças. Na década de 1840, a rua continuou sendo ponto de referência, onde, de acordo com Diário de Pernambuco (1844), um jovem brasileiro anunciou seus serviços aos leitores do jornal, deixando o seu endereço para contato, localizado em uma casa de ouvires na Travessa de São Pedro.

Já no início do século XX, conforme os relatos do Jornal do Recife (1904), essa rua fez parte do percurso das procissões religiosas. Mas foi referida detalhadamente pelo jornal A Província (1905) por causa da enorme quantidade de lixo acumulada no local, evidenciando os problemas relacionados a falta de infraestrutura.

Em conformidade com Cavalcanti (2018), a rua estreita que estabelece a conexão entre a Rua Direita e o Pátio de São Pedro, estendendo-se até a Avenida Dantas Barreto, é oficialmente designada como Rua de São Pedro. Contudo, a nomenclatura popular atribuída, Beco do Veado Branco, é influenciada pela presença de um veado de metal, pintado de branco, que se encontra fixado em um sobrado situado na Rua Direita, nº 48, na fachada lateral direita que se estende por quase todo percurso do beco. Esse elemento decorativo tornou-se um símbolo desse lugar, resultando na adoção de uma denominação alternativa por parte dos moradores, comerciantes e visitantes, em detrimento do nome oficial.

Figuras 19 e 20 – Beco do Veado Branco
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco, 2024.

Travessa do Gasômetro

Os Aterros, localizados além da Rua da Concórdia, para o poente, resultaram na criação de diversas ruas transversais, impulsionadas pela instalação do gasômetro e da linha férrea central, uma delas sendo inicialmente chamada de Rua do Mangue, nome que se manteve até o início do século XIX. Este nome refletia uma característica geográfica predominante na área. Entretanto, à medida que a fábrica de gás, que era imprescindível para a iluminação da cidade, passou a ser incorporada pela população como um ponto de referência, a rua em frente a essa fábrica, agora, fazia mais referência à fábrica do que ao seu nome original. Ao longo dos anos, a Rua do Mangue deixou de ser lembrada dessa forma, e a rua passou a ser conhecida como Travessa do Gasômetro, em homenagem à fábrica de gás. Essa mudança de nome ilustra como a urbanização e a importância de certos estabelecimentos podem influenciar a memória coletiva e a toponímia de uma região.

Figura 21 – Travessa do Gasômetro Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco, 2024

2.2.2 Becos de Santo Antônio

Beco da Bomba

Segundo Cavalcanti (2018), atualmente conhecida e cadastrada no ESIG como Rua da Indústria, um dia já se chamou, primeiramente, Beco da Bomba. Beco que faz ligação com a Av. Dantas Barreto e a Rua do Fogo.

Figura 22 – Beco da Bomba Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, 2024.

Um local histórico do Recife que já foi palco de um incidente violento em 3 de novembro de 1920, conforme relatado na época, pelo *Diário de Pernambuco*. O desentendimento, no "Café da Hora", resultou em ferimentos por arma branca em Severino Pereira e Porfírio José Alves. Este evento exemplifica bem de onde vem parte do estigma de lugar violento que os becos carregavam. A transformação do Beco da Bomba, na atual Rua da Indústria, é um reflexo das mudanças urbanísticas e sociais que a cidade de Recife experimentou, especialmente, com a abertura das grandes avenidas.

Em uma matéria do *Diário de Pernambuco*, datada de 15 de março de 1827, o Beco da Bomba é mencionado, pela primeira vez, como um ponto de referência significativo no Recife. Este local, situado no coração da cidade, era conhecido na

época, como evidenciado na matéria pelo jornal. Com o passar dos anos passou a ser chamado de Beco da Indústria e, posteriormente, Rua da Indústria, como visto na Figura 23

Figura 23 - Anúncio de achados. Disponível em: < <[Diario de Pernambuco \(PE\) - 1825 a 1839 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)>> Acesso: 04/07/2024.

No contexto urbano do Recife, ao analisarmos esses fatos ocorridos no Beco da Bomba, ele se destaca como um espaço carregado de histórias e vivências, refletindo a complexidade das relações sociais que se desenrolam em seus limites. Um outro relato, em 2 de fevereiro de 1921, Figura 24, comunicava sobre um espartilho encontrado por um cavalheiro nesse beco, evocando não apenas a materialidade de um objeto perdido, mas também as narrativas pessoais que permeavam a vida cotidiana dos seus moradores e/ou frequentadores.

Figura 24 - Anúncio de perdiso e achados. Disponível em: < <[Diario de Pernambuco \(PE\) - 1825 a 1839 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)>> Acesso: 04/07/2024.

Adicionalmente, a queixa de Izaltina Izabel de Barros contra Marietta de Tal, por agressões motivadas por desavenças banais, registrada na Figura 25, ilustra a tensão social que pode surgir em comunidades densamente povoadas, onde as interações são intensas e, por vezes, conflituosas. A resposta das autoridades, com a prisão da acusada, revela a seriedade com que a violência, mesmo que trivial, é tratada. Destacando a dinâmica de poder e controle social presente no espaço urbano. Além disso, as diligências policiais relacionadas a ferimentos causados por indivíduos

conhecidos por apelidos, como "Segundo" e "Arrumação", sugerem uma cultura de vizinhança onde as identidades são moldadas por relações informais e apelativas. Assim, o Beco da Bomba não é apenas um espaço físico, mas um microcosmo das interações humanas, onde cada história contada contribui para a trama da vida do centro recifense.

Queixa — A mulher Izaltina Izabel de Barros compareceu hontem á subdelegacia de Santo Antonio e apresentou queixa contra Marietta de tal por ter sido agredida por esta, por motivos frivolos, com palavras injuriosas. O tenente Severino Cardim mandou effectuar a prisão da accusada, tomando as providencias necessarias. Ambas residem no becco da Bomba.

Figura 25 – Recorte citando o Beco da Bomba. Disponível em: <<[<Diario de Pernambuco \(PE\) - 1825 a 1839 - DocReader Web \(bn.gov.br\)>>](http://Diario.de.Pernambuco(PE)-1825.a.1839-DocReaderWeb(bn.gov.br))>> Acesso: 04/07/2024.

Em conformidade com Moraes (1953), ao entrevistar o Sr. Antônio C. Silva sobre a origem e as histórias do Beco da Bom, o entrevistado, informou que tanto o Beco da Bomba quanto o Beco do Sarapatel ou Travessa do Carmo, eram dois becos gêmeos, em suas palavras. Segundo ele, o comercio especializado de produtos alimentícios, como o sarapatel, estava presente em ambos os becos. Toda via, outro um acontecimento marcante resultou na renomeação do segundo beco, que passou a se chamar Beco da Bomba, após uma explosão corrida no local. De acordo com o entrevistado, diziam os mais velhos, que nas proximidades do beco existia uma bomba de puxar água. Sendo essa, uma das hipóteses para terem batizado essa rua estreita como Beco da Bomba. No entanto, uma outra teoria baseia a origem do nome devido a uma explosão enorme ocasionada há muitos anos atrás após a tentativa de um residente, fogueteiro, fabricar um explosivo que deveria ser utilizado numa pedreira em Paulista.

Beco do Caju

De acordo com Cavalcanti (2018) um anúncio publicado em 1826 afirmava que o terreno atrás da casa da Rua Nova, no lado norte, onde existia um cais para barcos com canoas, ou voltado para a Rua do Calabouço, hoje parece ser uma quadra formada pelos prédios do antigo IAPC e do Hotel Guararapes. O anúncio também não nomeava a antiga rua, embora se chamasse Rua do Caju, talvez um nome popular, razão pela qual tenha sido omitido no anúncio, mas durou por mais um século e foi mencionado em alguns outros, como pode-se ver nas Figuras 26,27 e 28, embora a quadra tenha sido reformada, o Beco do Caju não sofreu muitas demolições, ainda que tenha sido alargado, seu traçado original se assemelhava ao da Rua Nova.

Figura 26 – Recorte de jornal citando o Beco do Caju. Disponível em: <<[Diário de Pernambuco \(PE\) - 1825 a 1839 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)>> Acesso: 10/07/2024.

Seguindo em conformidade com esse autor, desejando a *Câmara Municipal* prestar homenagem a esta grande figura, neto do primeiro donatário, e um dos restauradores de Portugal, ordenou que a Rua das Flores passasse a chamar-se Mathias de Albuquerque. A população não aceitou a substituição, talvez porque apreciassem a relação entre o nome da rua e seus moradores. Assim, para não incomodar o povo, e como até o antigo nome da Rua Caju foi omitido dos anúncios dos jornais, decidiu-se transferir a homenagem para trás da Rua Nova, ao norte, onde existia um estaleiro com canoas, ou a antiga Rua do Caju. Mais tarde conhecida como

Rua Mathias de Albuquerque e que atualmente começa na Avenida Dantas Barreto e termina na Rua do Sol. O nome atual da rua é uma homenagem ao general português que lutou heroicamente para defender a capitania de seu irmão, Duarte de Albuquerque Coelho, durante a invasão holandesa (1630-35). (? - 1647).

Além disso, a primeira referência ao Beco do Caju nos jornais se deu no século XIX, em 1873, quando o *Consulado Provincial* lançou uma matéria no jornal *A Província: Órgão do Partido Liberal*, a respeito da cobrança dos equipamentos e taxas anuais dos serviços da empresa de drenagem do Recife, correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 1872, convocando os contribuintes a pagarem seus dividendos. Foram citados diversos logradouros onde habitavam os devedores, dentre eles, o Beco do Caju, com mostram as figuras 27 e 28

Figuras 27 e 28 – Primeiros anúncios do Beco do Caju Fonte: Biblioteca Nacional, Disponível em: << <https://memoria.bn.gov.br/>>> Acesso:25/08/24

A mencionada matéria releva, ainda, existência de alguns becos e travessas que veremos mais adiante neste trabalho. Como a Travessa do Ouvidor, o Beco do Calabouço, da Roda, Travessa da Bella, Beco do Ciúme, dentre outros.

Beco do Calabouço

A primeira aparição do Beco do Calabouço, no *Diário de Pernambuco*, foi em 1832, graças ao mestre torneiro João Baurmann que ao relatar que havia estabelecido sua oficina no Beco do Calabouço, após a morte do mestre marceneiro João Julio. Este beco, paralelo à Rua Nova, em 1923, décadas depois, apareceu dessa vez no

jornal a Província, a respeito da venda de um imóvel na Rua 28 de Setembro, antigo Beco do Calabouço.

Desse modo, essas notícias evidenciam que o desaparecimento do Beco do Calabouço ocorreu, primeiro com a mudança na nomenclatura, e posteriormente com a sua demolição, Figura 29 e 30, para a implantação da Avenida Guararapes.

Figuras 29 Beco do Calabouço Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife, **Figura 30** Recorte de jornal citando Beco do Calabouço. Disponível em: < [<Diario de Pernambuco \(PE\) - 1825 a 1839 - DocReader Web \(bn.gov.br\)>> Acesso: 04/07/2024.](http://Diario de Pernambuco (PE) - 1825 a 1839 - DocReader Web (bn.gov.br))

Outrossim, embora esses anúncios ainda não mencionassem a demolição da Rua 28 de Setembro, pois a Avenida Dantas Barreto não havia sido projetada, segundo Cavalcanti (2018), a extinção do antigo Beco do Calabouço se deu após o decreto da construção da nova ponte, no mesmo local da antiga, que passou a se chamar Duarte Coelho, sendo aberta a nova avenida posteriormente. Para isso foi preciso fazer desaparecer a Praça do Sol e as Ruas Conselheiro Peretti, Pedro Ivo (antiga Rua dos Expostos e Beco do Queijo) Neto de Mendonça, Agostinho Bezerra e 28 de Setembro.

Figuras 31 Beco do Calabouço, Fonte: Acervo Museu da Cidade do Recife **Figura 32** – Recorte de jornal citando Beco do Calabouço. Disponível em: <<[Diario de Pernambuco \(PE\) - 1825 a 1839 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](https://docreaderweb.bn.gov.br/)>> Acesso: 06/08/2024.

A figura 33 retrata, parcialmente, as demolições ocorridas no Beco do Calabouço, algumas pessoas se encontram na imagem, aqui importantes, para a compreensão da escala da antiga largura da via em comparação a atual, com alargamento sofrido.

Figura 33 – Demolições no Beco do Calabouço Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife 2024

Beco da Camboa do Carmo

De acordo com Cavalcanti (2018), devido aos aterros feitos no canal que corre de leste a oeste, iniciando na base da Ponte da Boa Vista e terminando no Pátio do Livramento, onde cruzava o canal principal que ia do norte- sul, da Praça 17 à Cinco Pontas, onde hoje estão situadas as Ruas do Livramento, da Penha e das Calçadas, para regular o escoamento das águas pluviais, foi deixada uma estreita vala. Isso permitiu o nascimento de duas ruas: Camboa do Carmo e Cano. Esse estreito canal tangenciava a Rua Nova e depois, antes de ser cortado pela Rua das Trincheiras, que deu lugar para a abertura da Avenida Dantas Barreto, direcionava-se para o sul, e fez surgir a Camboa do Carmo. Ela já tinha esse nome em 1763. Por ser uma via de passagem, possuía apenas uma única tábua de madeira para fazer a ligação naquela época. Foi no ano de 1845 que o aterro da Camboa foi totalmente executado. Além

disso, para Cavalcanti (2018) essa via também já foi nomeada como Rua Paulo Câmara, porém, de acordo com Menezes (2016), a rua se chamava Paulino Câmara. Embora não tenha sido encontrado registros fotográficos sobre o Beco da Cambôa do Carmo, não faltaram menções a esse beco nos periódicos, como se pode observar nas figuras. Importante também ressaltar que na figura, não apenas antiga nomenclatura foi revelada, mas também o preço do mercado imobiliário de compra e venda de imóveis naquela época.

Figura 34 – Cambôa do Carmo: Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, 2024.

Na rua nova D. 3 fábrica de chapéus ,
defronte do beco da cambôa do Carmo, he-
zerro francez da melhor qualidade , e tama-
nho que até agora tem vindo.

Figura 35 – Recorte de jornal citando o Beco da Cambôa do Carmo. Disponível em: < <[Diario de Pernambuco \(PE\) - 1825 a 1839 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](https://diario-de-pernambuco.bn.gov.br/)>> Acesso: 06/08/2024.

Santo Antonio
Sobrado no primeiro becco da Cambôa do Car-
mo n. 5, com duas portas e varanda de ferro,
duas salas, dois quartos, sótão, cosinha, tendo
no sótão os mesmos commodos, 4 metros e 5
centimetros de frente, 11 metros e 10 centime-
tros de fundo, e o andar terreo porta e janella,
duas salas, dois quartos, cosinha, avaliado em
1:000,000, pertencente a Julio Gomes da Silva
Neves.

Figura 36 – Recorte de jornal citando o Beco da Cambôa do Carmo. Disponível em: < <[Diario de Pernambuco \(PE\) - 1825 a 1839 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](https://diario-de-pernambuco.bn.gov.br/)>> Acesso: 06/08/2024.

Beco do Ciúme

O Beco do Ciúme talvez seja um dos mais controversos historicamente, com base nas matérias encontradas em alguns períodos de séculos passados, é evidente o quanto essa rua estreita passou por diversas tentativas de extinção. Tomando como partido justificativas semelhantes sobre a “ameaça” do aludido beco à moral e aos “bons costumes”. Tal afirmativa pode ser comprovada nas seguintes publicações: Em 1905, de acordo com o Diário de Pernambuco, localizado próximo à Rua das Florentinas, permanecia em estado lastimoso uma rua estreita, popularmente denominada Beco do Ciúme. Além disso, devido à falta de infraestrutura e iluminação pública, o local tinha sido escolhido como ponto para descarte de resíduos de alguns moradores. Não somente, como relatado, incomodavam também os encontros “amorosos”, por assim dizer, que aconteciam por lá. Conseqüentemente, a população decidiu solicitar, novamente, a intervenção do poder público, como visto na Figura 36. Anteriormente, em 1900, intitulado “Contra à moral”, outro pedido havia sido feito, desta vez, em uma publicação do Jornal Pequeno, para reprimir as atividades do Beco do Ciúme. Pediam os moradores que voltassem a atenção para os “escândalos” que ocorriam no beco. Ressaltando eles que, após certa hora da noite, o lugar se transformava em um verdadeiro bordel a céu aberto. Questionavam o policiamento do Sr. Sigismundo, como também, indicavam a instalação de iluminação pública para intimidar os seus frequentadores. Figuras 37 e 38

Figura 37 e 38 – Recorte de jornal citando o Beco do Ciúme. Disponível em: < <[<Diario de Pernambuco \(PE\) - 1825 a 1839 - DocReader Web \(bn.gov.br\)>>](http://Diario de Pernambuco (PE) - 1825 a 1839 - DocReader Web (bn.gov.br))>> Acesso: 21/08/2024.

Conforme se observa, figura, as solicitações da população foram acatadas. Pois, em 1902, o *Jornal Pequeno* publicou uma nota sobre a prisão de um cidadão no Beco do Ciúme pelo crime, à época, de vagabundagem. Para além da má reputação entre os mais conversadores, de acordo com as pesquisas feitas no acervo Digital da Biblioteca nacional, o local também foi palco de alguns artistas

. A primeira notícia sobre esse logradouro não foi a respeito dos “atentados” à moral e bons costumes mas, sim, para anunciar um espetáculo de dança. Figura 39

figura 39 - Recorte de jornal citando o Beco do Ciúme. Disponível em: < < <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx> >> Acesso: 21/08/2024.

Curiosamente, a última notícia encontrada foi uma entrevista dada pelo ex-presidente do clube de carnaval Vassourinhas, ao Diario de Pernambuco, em comemoração aos 88 anos do clube. Segundo o jornalista Evrandro Rabello (1977), Nô Pavão, aos 92 anos, afirmou ter nascido no existinto Beco do Ciúme.

Figura 40 - Recorte de jornal citando o Beco do Ciúme. Disponível em: < < <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx> >> Acesso: 21/08/2024.

Convém mencionar, que a antiga Rua das Florentinas passou a se chamar Rua João do Rego, Figura 40. Ao analisar as cartografias dispostas no Atlas Geográfico e

Cartográfico do Recife, por Menezes (2016), com o endereço exposto pelo jornal, foi possível localizar com precisão onde se encontrava o aludido beco.

Figura 41 - Recorte de jornal citando o Beco do Cieme. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_08&Pesq=%22beco%20do%20cieme%22&pagfis=4904>

Figuras 42 e 43 – Rua das Florentinas Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (42) Acervo do Museu da Cidade do Recife (43), 2024

Beco da Congregação

Embora não tenham sido encontrados registros acadêmicos sobre essa rua transversal que cruza a Praça Dezessete com a Rua Duque de Caxias, para confirmação histórica da sua existência, foram necessárias leituras das cartografias disponíveis no ESIG, bem como, no *Google Earth*, *Google Maps* e demais *softwares* de geolocalização. Desse modo, pôde-se encontrar uma pequena rua registrada, atualmente, como Travessa da Congregação. Toda vida, a figura evidencia que esse logradouro era popularmente denominado Beco da Congregação. O aviso anunciado no *Diário de Perbambuco*, em 1840, figura, revela mais o que está escrito. Através dele é possível visualizar que o Beco da Congregação, naquela época, era conhecido significativamente pela população. Essa afirmativa se comprova ao interpretarmos que embora o beco, nesse caso, não tenha sido o destino do enunciado, precisou-se atrelá-lo à Rua do Queimado, para que o Sr. Joaquim José de Oliveira conseguisse se localizar.

Figura 44 - Recorte de jornal citando o Beco da Congregação. Disponível em: << <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx> >> Acesso: 21/08/2024.

Beco do Ouvidor

Segundo Cavalcanti (2018) o *Diario de Pernambuco* de 1834 descrevia a residência do Marquês como localizada em frente ao teatro. Apesar de ser um grande edifício de dois andares, sua arquitetura não era considerada muito atraente, refletindo os modestos padrões dos tempos coloniais que influenciaram sua construção. O prédio, embora simples, exibia uma certa grandeza. Em determinado período, a casa serviu como residência de um ouvidor da Comarca, o que resultou em sua denominação como Beco do Ouvidor, Figuras 45 a 48, como foi chamada a rua por algumas décadas.

Em 1824, a propriedade já pertencia ao Marquês, que, como um proeminente estadista pernambucano e defensor da independência política do Brasil, ofereceu o imóvel ao general Francisco de Lima e Silva, pai do Duque de Caxias. O general aceitou a oferta e fez da local sua residência durante seu governo na Província, em meio ao tumultuado período da Confederação do Equador. Francisco Paes Barreto, o Marquês do Recife, residiu na casa por vários anos e faleceu ali em 1848.

O edifício foi demolido em 1917, mas a travessa continuou a ser chamada de Beco do Ouvidor. No local onde a casa do Marquês estava situada, foi erguido o Hotel Avenida, que também foi posteriormente demolido e transferido para o atual prédio do outro lado do quarteirão.

Figuras 45 e 46 – Beco do Ouvidor Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife, 2024

Figuras 47 e 48 Demolições no Beco do Ouvidor. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, 2024.

Beco da Prata

Antigo beco ou Rua da Prata, teve também o nome de Rua das Carroças e é como está designada na planta de Sir Douglas (1906). O seu nome, assinala Pereira da Costa, vem de um dique ali existente e de fabricação flamenga, dique este que esse historiador diz ser o que

ficava próximo à Porta Sul, ou de Santo Antônio, local onde se renderam os invasores (Cavalcanti, p. 472, 2018)

Beco do Queijo

Ainda em conformidade com Cavalcanti (2018), outro pequeno beco que confirma a estreiteza das ruas deste bairro, antes da renovação urbana, era o prolongamento da antiga rua do calabouço, que vinha lá do Norte. Esta pequena rua homenageia Pedro Ivo Velloso da Silveira, natural de Olinda, que nasceu em 1811 e morreu em 20 de abril de 1851, após passar um ano na prisão por ter liderado, ao lado de Nunes Machado, a Revolução Praieira. Durante várias décadas no século passado, a estreita rua atrás da Igreja Matriz de Santo Antônio era conhecida como beco do queijo.

Beco do Sarapatel

De acordo com Cavalcanti (2018), a criação da Avenida Nossa Senhora do Carmo, a mais recente a rasgar a trama urbana do CHR, que se tornou uma via importante, iniciando-se a partir da entrada da basílica das carmelitas, Avenida Dantas Barreto, resultou na demolição do Beco do Sarapatel, anteriormente conhecido como Rua do Padre, e o antigo Pátio do Carmo, espaços históricos demolidos para as tentativas de modernização da Ilha de Antônio Vaz. Do Largo do Livramento ao Pátio do Carmo se estendia a Rua do Padre. Ao Leste do Largo do Livramento estava localizada a Delegacia Fiscal, onde antes havia o Arsenal do Guerra. Segundo o historiador, esse foi o primeiro trecho a ser demolido, dando lugar ao Grande Hotel, um prédio de apartamentos INPS e um posto de gasolina. Essas demolições fizeram parte dos processos de remodelação do tecido urbano e que permitiram conectar a Rua da Praia com a Rua do Imperador, tornando-se o primeiro trecho da nova Avenida.

Outrossim, conforme discutido introdutoriamente, neste trabalho, pesquisadores, historiadores e jornalistas tentaram, cada um à sua maneira, manter viva a memória desses lugares. Dentre esses esforços está uma coluna criada, pelo

Diário de Pernambuco, intitulada “*Nomes Curiosos de Ruas e Becos do Recife*”, por Clodomir Moraes, publicada em 1953. Representada pela figura abaixo.

Figura 49 - Recorte de jornal citando o Beco dos Gêmeos. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pesq=%22becos%20do%20Recife%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=17580>

De acordo com Moraes (1953), o Beco do Sarapatel se encontra na esquina com a Avenida Dantas Barreto e o Pátio do Carmo, razão pela qual originou, posteriormente, o nome de travessa do Carmo. No entanto, ainda na década de 50, muitas pessoas continuavam a preservar o nome original, reconhecendo o seu nome anterior. Poucas pessoas o conheciam naquela época antes de finalmente ser nomeado Beco do Sarapatel.

Um barbeiro, entrevistado, que possuía um salão no Pátio de São Pedro e que trabalhou por vinte e cinco anos na Rua das Trincheiras, o Sr. Francisco Assunção, declarou que senhora “Mariinha Sopotão”, comerciante em Santo Antônio desde meados de 1922., costumava vender comida no bairro. Segundo o entrevistado, naquela época podia-se alimentar mais de uma pessoa com apenas um tostão de sarapatel. Dizia ele estar cansado de testemunhar pessoas competindo para ver quem conseguiria comer um tostão de sarapatel sozinho. Reforçando o senhor Francisco Assunção que apesar da enorme quantidade de comida, era da melhor qualidade. Destacando também que, além de Mariinha, havia outros estabelecimentos ofertando um prato de sarapatel. Ele acreditava que o nome do Beco do Sarapatel viria de muito antes da popularização desse produto pelos consumidores.

Além disso, em seu relato, pode-se compreender um pouco mais das interações sociais e vivências no local naquele tempo. Em uma mistura do sagrado e o profano, o entrevistado, relata sobre a agitada vida noturna no “bequinho alegre”,

porém, ao acabar as novenas da Igreja do Rosário os fiéis, virando a esquina, se direcionavam ao beco onde um bom prato de sarapatel custava um vintém.

Beco da Roda

Outro pequeno logradouro que sobreviveu (parte dele) às reformas de Ulhoa Cintra. A Rua da Roda tem seu nome devido a uma casa de beneficência que ali existia. As mães que por qualquer motivo não queriam criar seus filhos, colocavam, na calada da noite, o seu rebento em um pequeno balcão existente na casa e tocavam um pequeno sino. As freiras então recebiam a criança ao rodarem o balcão (CAVALCANTI, p. 466, 2018)

Figura 50 Beco da Roda Fonte: Acervo Museu da Cidade do Recife, 2024

O prédio n. 25 a rua de Francisco Jacinto, freguesia de Santo Antonio, sendo de pedra e cal, medindo 4 metros e 90 centímetros de frente e 13 metros e 40 centímetros de fundo, com porta e janella de frente, 2 salas, 2 quartos, cozinha fora, cacimba meicira e quintal murado com portão que dá para o becco da Roda, avaliada por 1.000\$ 00 para pagamento do que deve a Fazenda Municipal Candida Maria Ferreira.

Figura 51 - Recorte de jornal citando o Beco do Ciúme. Disponível em: << <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>>> Acesso: 21/08/2024.

Travessa do Arsenal

“Durante alguns anos, num prédio ao lado do colégio dos jesuítas (no local do atual foro Thomaz de Aquino) funcionou o arsenal de guerra, responsável pelo nome desse logradouro” (CAVALCANTI, p. 456, 2018). Isso sugere que a história e a função do local influenciaram a nomenclatura da região, refletindo a importância militar que o espaço teve em um determinado período.

Travessa Belas Artes

Antiga travessa das belas Artes, começa com uma passagem sob o edifício Almare e homenageia Alarico Bezerra Cavalcanti, que foi, durante muitos anos, vulto de destaque na vida política e social pernambucana. Um dos últimos senhores de engenho e chefe de polícia que ficou conhecido como pessoa enérgica. Nos últimos meses de sua vida sofreu tremendamente o reflexo do clima de agitação vivida pelo Brasil nos idos de 1964. A invasão de ligas camponesas no seu Engenho Serra apressou o seu falecimento. Em Alarico Bezerra, convém destacar, principalmente, a autenticidade e coragem de atitudes (CAVALCANTO, p. 456, 2018)

Travessa do Falcão

No início do século XX, o Beco do Falcão, atualmente conhecido como Travessa do Falcão, abrigava moradores em condições de extrema miséria. A figura 51 evidencia a situação de Maria Flora da Silva e sua filha, Delmia Mendes da Silva, que residiam na casa n. 154 e enfrentavam grandes dificuldades, vivendo em condições precárias. Esse cenário levou a um apelo à generosidade pública, noticiado no Diário de Pernambuco, em 1920, para ajudar essas famílias necessitadas. Por outro lado, em 1970, no Diário de Pernambuco, era anunciada a venda de um imóvel situado na Travessa do Falcão, revelando a predominância do uso residencial na área destacando, inclusive, os preços do mercado imobiliário à época.

Figura 52 - Recorte de jornal citando a Travessa do Falcão. Disponível em: < <[<Diario de Pernambuco \(PE\) - 1970 a 1979 - DocReader Web \(bn.gov.br\)>>](http://Diario de Pernambuco (PE) - 1970 a 1979 - DocReader Web (bn.gov.br))>> Acesso: 21/08/2024.

]

Travessa das Hortas

Assim como ocorre na Camboa do Carmo, conforme mencionado anteriormente, onde a rua deu origem à travessa, pode-se, a partir das evidências encontrada, figuras 53 e 54, deduzir que a Travessa de Hortas seria uma via transversal, como as demais, fruto da antiga Rua de Hortas. Não somente, sendo possível afirmar que a Rua Coronel Suassuna, segundo Menezes (2016), demolida para construção da Avenida Dantas Barreto, era conhecida como Rua de Hortas, como podemos ver na figura. A força da nomenclatura primária no imaginário popular é evidenciada quando, em uma propaganda de leilão de móveis e utensílios domésticos abaixo, figura, abaixo do “novo nome”, fez-se necessário adicionar a antiga Rua de Hortas como referência aos desavisados da mudança na toponímia.

Figuras 53 e 54 - Recorte de jornal citando a ravessa das Hortas. Disponível em: << <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>>> Acesso: 21/08/2024.

Além disso, foram encontrados registros fotográficos da Rua de Hortas nos acervos digitais do *Museu da Cidade do Recife* e da *Fundação Joaquim Nabuco*, no entanto, há uma divergência quanto a verdadeira localização do lugar fotografado: para o museu, a figura se encontrava na “Rua de Hortas”, porém, a fundação legendou a mesma fotografia como “Rua do Fogo”. Tal divergência nos dados encontrados, em fontes de instituições prestigiadas, nos leva a alguns questionamentos quanto à veracidade dessas informações. Dessa forma, haveria a Rua do Fogo, em algum momento, feito parte da extinta Rua de Hortas ou tudo não passa de um mal entendido? Reforçando também o que diz Halley (??) sobre o desafio que é falar dos becos do CHR com uma literatura tão escassa. As figuras ilustram o fato descoberto.

Figura 55 – Antiga Rua das Hortas Fonte: Museu da Cidade do Recife, 2024

BD_000356 - Rua do fogo

Figuras 56 e 57 – Rua do Fogo Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (56) Rua de Hortas.
Fonte: Museu da Cidade do Recife (57), 2024

Travessa Ilha de Carvalho

Atualmente onde está localizada a Rua Ulhoa Cintra, também já foi a Rua Bella e em seguida passou a ser conhecida como Travessa Ilha de Carvalho.

Figura 58 – Travessa ilha de Carvalho Fonte: Museu da Cidade do Recife, 2024

A respeito do nome mais recente dessa rua, em conformidade com o jornalista Nelso Firmo (1970), ao ser perguntado sobre quem havia sido Ulho Cintra, respondeu dizendo:

um urbanista que no tempo de Agamenon fez o traçado da cidade, parce-me que iniciado, em suas linhas gerais, por Nestor Figueiredo. Seu nome na antiga Rua Bela, transversal da também antiga rua das das Florentinas, techo da atual avenida das barreto, que vai da praça da repulica à rua de são Francisco). É uma justa homenagem ao ilustre urbanista. Com a volta dos nomes de ruas às suas antigas demonimações, abriu-se esta exceção. Na Antiga Rua Bela nasceu o grande historiador Pereira da Costa. (disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_06&pesq=%22antiga%20rua%20bella%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=267>)

Outrossim, de acordo com o *Jornal do Recife* anteriormente a nomenclatura atual adotada, essa rua, na verdade, travessa, havia sido intitulada Travessa Ilha do Carvalho, como pode-se visualizar na Figura 59

Figura 59 - Recorte de jornal citando a Travessa da Ilha do Carvalho. Disponível em:

<<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=%22travessa%20ilha%20de%20carvalho%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=38950>>

Além disso, embora, como vimos pelos autores aqui já citados, nem todos os becos possuam registros históricos explicando a sua existência. A contribuição dos periódicos disponíveis no acervo digital da *Biblioteca Nacional* foi de extremo importante para realização desta pesquisa. Não apenas, a minuciosa análise das informações coletadas, as interpretações das bases cartográficas antigas através do Atlas Cartográfico e Geográfico do Recife comparadas ao ESIG, foram o Norte para a realização deste trabalho. Incluso ainda, a Enciclopédia Urbana do Recife, Cavalcanti (2018).

2.3 A abertura das avenidas Guararapes e Dantas Barreto: demolições no Centro Histórico do Recife

Inicialmente, é importante revisitar a história que resultou em mudanças morfológicas significativas no Centro Histórico do Recife (CHR), em especial, as reformas para abertura das Avenidas Dantas Barreto e Guararapes. Contudo, é válido ressaltar, ainda, como aponta MENEZES (2016), que o Recife teve sua expansão urbana como fruto de dois grandes momentos. O primeiro deles referente aos quatro primeiros séculos, através de conquistas lentas de terras secas e aterros. Em relação ao segundo, o autor nos diz:

Abriam-se as grandes avenidas, mutilando-se a cidade do Recife, rompendo o equilíbrio antes existente. A primeira mutilação se deu após as obras do Porto e como decorrência, a abertura, depois da destruição do Recife mais antigo, o núcleo original desde a igreja do Corpo Santo, das atuais avenidas Rio Branco e Marquês de Olinda. Depois foi a vez da Avenida Guararapes, no Bairro de Santo Antônio, e finalmente a Avenida Dantas Barreto, no São José (MENEZES, 2016, p.125).

Em conformidade com Menezes (2016), no início do século XX, mais precisamente na terceira década, as obras do porto estavam quase concluídas e a reforma urbana do Bairro do Recife, iniciada em 1909, estava em pleno andamento. Portanto, a atenção se voltou para os dois bairros da antiga Ilha de Antônio Vaz. A parte central da ilha, sem os aterros realizados com as terras retiradas do rio, ainda preservava o desenho urbano estabelecido pelo governador Nassau em 1639. No entanto, os canais haviam sido aterrados, refletindo o retorno ao modo português de organizar a cidade.

Além disso, segundo Menezes (2016), esses bairros mantinham características típicas do urbanismo português, com ruas estreitas, lotes e quadras alongadas, como é possível ver Figura 61 e 62, onde as moradias estavam dispostas. Para ele essa paisagem urbana contrastava com a visão dos engenheiros e arquitetos contemporâneos, influenciados pelas aulas de Louis Agache e pelas conferências de Le Corbusier. Para esse autor, embora o Recife ainda não vivesse essa realidade, havia uma necessidade percebida de alargar ruas e estudar um novo sistema de circulação para pessoas e veículos, seguindo a moda europeia admirada pelos reformadores do bairro mais antigo da cidade. A reforma urbana do bairro do Recife era vista como um ideal de modernidade e progresso natural.

Figura 60: Centro Histórico do Recife, Séc. XX, Fonte: Museu da Cidade do Recife

Não apenas como apontado por Menezes anteriormente, de acordo com Santana e Oliveira (2010), o Centro do Recife passou por um processo intenso que previa a modernização e mudanças urbanísticas, com o objetivo de transformar a cidade de acordo com parâmetros progressistas. Em busca do avanço comercial, o centro urbano foi alvo de diversos planos que visavam melhorar o tráfego, a salubridade e alterar a feição colonial predominante. Esses planos, fundamentados no princípio da tábula rasa, que defendia a demolição das tradições e estilos arquitetônicos sem contestações, resultaram na quase total destruição da malha urbana, afetando especialmente os monumentos históricos.

De acordo com Moreira (s.d), a criação da Comissão de Planejamento da Cidade, em 1938, visava estabelecer uma entidade permanente para o desenvolvimento urbano do Centro Histórico do Recife. Após formada a comissão, deu-se início, rapidamente, a construção da Avenida Guararapes, que impactou negativamente a trama urbana existente no que tange às demolições para a sua abertura. As obras resultaram na destruição de ruas estreitas, becos, edifícios históricos, igrejas e monumentos, alterando significativamente a paisagem da cidade. Entre os edifícios demolidos estavam o hospital São João de Deus, o Regimento de Artilharia e a Igreja do Paraíso, todos datados dos séculos XII e XIII, indicando a perda de importantes patrimônios históricos. A nova avenida levou à destruição de dezoito quarteirões, evidenciando a magnitude da transformação urbana. Além disso, restrições financeiras impediram a expropriação de mais áreas, limitando a construção à nova avenida e aos quarteirões ao seu redor. Como resultado, apenas algumas ruas estreitas permaneceram ao longo da avenida, mas são quase invisíveis em comparação com a nova infraestrutura, sugerindo uma desvalorização do espaço urbano anterior e uma mudança drástica na dinâmica da cidade.

As figuras 61 e 62) são reproduções feitas por Menezes a partir do mapa criado por Douglas Fox, onde é possível ver, em amarelo, as áreas que foram destruídas durante os processos de modernização do CHR, assim como a nova trama urbana fruto das inúmeras demolições. Isso sugere uma visualização clara das mudanças significativas que ocorreram na cidade, permitindo que se compreenda a extensão da destruição e a reconfiguração do espaço urbano.

Figura 61: Mudanças morfológicas

Fonte: Atlas histórico e cartográfico do Recife

Segundo Cavalcanti e Pontual (2003), a concepção da avenida Dantas Barreto foi inicialmente proposta por Nestor de Figueiredo no Plano de Remodelação da Cidade do Recife, em 1932. A execução desse projeto teve início com o decreto-lei nº 378, de 20 de dezembro de 1943, e foi realizada em três fases distintas. A primeira fase abrangeu o trecho da Praça da República até a Praça da Independência. A segunda fase estendeu-se da Praça da Independência até a Praça do Carmo, onde a avenida se bifurcava com a avenida N. S. do Carmo. A terceira e última fase prosseguiu da Praça do Carmo até a Praça Sérgio Loreto. Em cada uma dessas fases, houve uma destruição significativa da malha urbana e da tipologia arquitetônica dos séculos XVIII e XIX, resultando na perda irreparável de patrimônio arquitetônico. Os impactos dessa intervenção urbanística ainda são perceptíveis, manifestando-se na descontinuidade da configuração urbana dos bairros afetados. A transformação imposta pela construção da avenida Dantas Barreto evidencia a complexidade e os desafios inerentes ao processo de modernização urbana, que, embora vise melhorias na infraestrutura e mobilidade, frequentemente resulta em perdas culturais e históricas significativas.

A Figura 62 ilustra, em amarelo, todas as quadras, ruas estreitas e becos que foram destruídos durante o processo de abertura da Avenida Dantas Barreto. Entre as vias eliminadas estavam a Rua Padre Nóbrega, Rua Dias Cardoso, Rua Coronel Suassuna, Travessa do Forte, a Igreja dos Martírios, posteriormente a Travessa do Carmo e a Travessa do Livramento. É importante destacar que, com base nas

cartografias de Douglas Fox, é possível realizar análises detalhadas que identificam precisamente quais monumentos, ruas, travessas e becos deixaram de existir.

Figura 62 – Transformações na Trama Urbana do CHR. Fonte: Menezes, 2026

Conforme Loretto (2008), os planos de redesenho urbano para os bairros de Santo Antônio e São José estavam fundamentados em um discurso que promovia o progresso, a salubridade, a insolação e a ventilação. A autora ainda ressalta que:

A avenida Coronel Suassuna, que deu origem à Dantas Barreto, estava associada à quinta radial do perímetro de irradiação, que partia do Pátio do Carmo e, prosseguia até a Estação Central. Dali, o esquema viário continuaria pela Rua Imperial, que seria duplicada em uma via paralela à Avenida Sul, chegando essa última ao Cais do Porto por meio de um pequeno desvio (LORETTO, 2008, p. 66).

“O Pátio do Carmo, por sua vez, teve duas quadras, que o fechavam ao sul e ao leste, completamente destruídas, desconfigurando a sua forma inicial e o deixando como um amplo espaço aberto de uma larga avenida” (LORETTO, 2003, p. 67). As quadras demolidas podem ser identificadas em amarelo na figura, elas foram abaixo levando consigo a Travessa do Carmo e a Travessa do Livramento.

O Quadro 01 apresenta uma relação detalhada das ruas, becos e travessas que existiam antes das reformas das Avenidas Guararapes e Dantas Barreto, incluindo seus nomes antigos e a situação atual. As vias classificadas como demolidas

(22) foram completamente eliminadas durante as reformas, que visavam a abertura de grandes avenidas e a reconfiguração dos lotes existentes. As vias alargadas (04) referem-se àquelas que foram parcialmente demolidas, mas que ainda permanecem no tecido urbano. As ruas lembradas (02) foram removidas da malha urbana devido ao remembramento dos lotes. Por fim, apenas 14 becos, ruas e travessas foram preservados. Embora algumas dessas vias tenham tido seus nomes alterados, sua morfologia não sofreu mudanças significativas, permitindo que resistissem ao tempo e aos planos de renovação do Centro Histórico do Recife (CHR), consolidando-se no presente.

Portanto, para entender por que metade dessas vias sobreviveu ao “progresso” representado pela abertura das grandes avenidas, temos a seguinte afirmativa:

Os becos estavam lá, desde o início da sua ocupação quando, após a expulsão dos holandeses, o modelo urbanístico passou a seguir os cânones lusitanos. Trata-se sim das atividades neles desenvolvidas, ou melhor, da forma de ocupação e de apropriação desses espaços estreitos ocupados por barracas, amontoadas de roupas, utensílios, de ervas..., abarrotadas de gente (VASCONCELOS, MACIEL, LACERDA, 2018, p. 95).

	ANTES DAS REFORMAS	SITUAÇÃO	ATUALMENTE - 2024
1.	Beco da Congregação	Mantida	Travessa da Congregação
2.	Beco do Caju	Alargada	R. Matias de Albuquerque
3.	Beco do Marisco	Mantida	R. Frei Henrique
4.	Beco do Marroquim	Mantida	Beco do Marroquim
5.	Beco dos Martírios	Mantida	Travessa dos Martírios
6.	Beco do Ouvidor	Alargada	R. Marques do Recife
7.	Beco do Ramos	Mantido	Rua do Ramos
8.	Beco do Sirigado	Mantido	Travessa do Cirigado
9.	Beco do Veado Branco	Mantida	Rua de São Pedro
10.	Beco do Calabouço	Demolida	Av. Guararapes
11.	Rua Conselheiro Peretti	Demolida	Av. Guararapes
12.	Rua Coronel Suassuna	Demolida	Av. Dantas Barreto
13.	Rua Dias Cardoso	Demolida	Av. Dantas Barreto
14.	Rua do Feitosa	Demolida	--
15.	Beco do Ciúme	Demolida	Rua Siqueira Campos

16.	Rua João do Rêgo	Demolida	Av. Dantas Barreto
17.	Rua Larga do Rosário	Alargada	Rua Larga do Rosário
18.	Rua das Laranjeiras	Demolida	---
19.	Rua Major Agostinho	Demolida	---
20.	R. Matias de Albuquerque	Mantida	Rua das Flores
21.	Rua Padre Nobrega	Demolida	Dantas Barreto
22.	Rua Paulino Câmara	Alargada	Rua Camboa do Carmo
23.	Rua Pedro Ivo	Demolida	Rua Pedro Ivo
24.	Rua de Santa Teresa	Demolida	Av. Dantas Barreto
25.	Rua de São João	Alargada	Rua de São João
26.	R. Sigismundo Gonçalves	Demolida	Praça da Independência
27.	Tv. das Trincheiras	Demolida	Av. Dantas Barreto
28.	Travessa do Forte	Demolida	Travessa do Forte
29.	Tv. Arsenal do Guerra	Alargada	Tv. Arsenal do Guerra
30.	Travessa das Belas Artes	Demolida	Rua Cleto de Capelo
31.	Travessa da Bomba	Mantida	Rua da Indústria
32.	Travessa do Carmo	Demolida	Av. Nossa Sr ^a do Carmo
33.	Travessa da Congregação	Mantida	Tr. da Congregação
34.	Travessa do Falcão	Mantida	Travessa do Falcão
35.	Tv. Ilha do Carvalho	Demolida	Rua Ulhôa Cintra
36.	Tv. João de Carvalho	Remembrada	--
37.	Travessa do Livramento	Demolida	Av. Nossa Sr ^a . do Carmo
38.	Travessa do Macedo	Mantida	Travessa do Macedo
39.	Tv. Matias de Albuquerque	Mantida	Rua João Souto Maior
40.	Travessa do Mercado	Mantida	Travessa do Mercado
41.	Travessa de São José	Mantida	Rua Coração de Maria
42.	Tv. da Matriz São José	Remembrada	--
TOTAL:42 ALARGADAS: 06 DEMOLIDAS: 19 MANTIDAS: 15 			
REMEMBRADAS: 02			

Quadro 01: Logradouros demolidos, mantidos, alargados e lembrados

Elaboração: Alisson Cruz, 2021

3 PRODUTOS IMOBILIÁRIOS NOS BECOS: CARACTERÍSTICAS E AGENTES

Para Neves, Vasconcelos e Lacerda (2021), os centros históricos brasileiros abrigam diversas funções, sua maioria, a função do comércio popular resiste nesses espaços desde a época do Brasil colonial. Neste capítulo serão apresentadas as características em comum entre os becos estudados, referentes à largura, extensão, tipologias, produtos e serviços ofertados por cada beco selecionado de acordo com a predominância do uso comercial. A caracterização dos becos se iniciou ainda no desenvolvimento dos subprojetos introdutoriamente mencionados, através das visitas de campo, entrevistas com os comerciantes, registros fotográficos, *softwares* como o ESIG e o *Google Earth*; as matérias de jornais encontradas no acervo digital da Biblioteca Nacional foram imprescindíveis para compreensão da linha do tempo do comércio de rua nos becos que resistiram às demolições.

3.1 O comércio de rua nos Becos do Submercado São José

De acordo com Nóbrega (2008) o comércio de rua só pode existir onde os encontros humanos têm uma contrapartida física, no caso especificado, como os fluxos de pessoas no espaço público. Tal espaço, pela natureza do comércio que ocorre nele, adquire um certo caráter que o torna diferente de outras áreas públicas da cidade. Para essa autora, os comerciantes de rua, como assim são chamados atualmente, outrora mascates, ocupam os locais públicos urbanos da melhor forma.

As relações existentes entre esses comerciantes e o espaço urbano que ocupam podem ser corretamente compreendidas, visto que é muito comum ignorar a diferença das atividades que envolvem cada categoria de comercia de rua. As diversas formas de manifestações desse comércio são tratadas com sendo única, ou seja, uma única massa de trabalhadores que comercializam nas ruas (usualmente denominados no Brasil, de forma generalizada, de *camelôs*) (NÓBREGA, p. 170, 2008)

A aludida autora, apresenta uma categorização sobre esses comerciantes, que pode ser feita a partir das relações criadas por eles com o Centro Histórico do REcife.

Segundo ela, para compreender melhor as dinâmicas nas quais esses prestadores de serviços estão envolvidos, foram desenvolvidas em seis categorias:

- (i) **Feirantes:** são aqueles que comercializam frutas, verduras, produtos artesanais em equipamentos comumente conhecidos como “banca”.
- (ii) **Comerciantes fixos:** são aqueles que possuem equipamentos fixos e um local definido para comercialização.
- (iii) **Comerciantes móveis:** são aqueles mais conhecidos como ambulantes, empurrando uma carroça ou montando um tabuleiro para comercializarem suas mercadorias
- (iv) **Comerciantes estacionados:** são aqueles que se posicionam em pontos estratégicos da cidade, dada a facilidade de montagem e desmontagem dos seus equipamentos.
- (v) **Comerciantes de artigos de época:** são aqueles impulsionados pelas festas sazonais, como Carnaval e o São João, por exemplo.
- (vi) **Comerciantes em veículos automotivos:** são aqueles instalados em veículos motorizados, automóveis com ou sem reboque, *foodtruck*

Além disso, em conformidade com essa autora, o comércio de rua tem o poder de alterar a paisagem urbana construída, proporcionando mais diversidade onde esteja consolidado. Para ela, as mercadorias expostas, as dinâmicas de compra e vida, os equipamentos de comercialização, são os fatores principais que contribuem para as mudanças na imagem do lugar. De acordo com Neto:

Por estar localizado entre dois grandes equipamentos ligados ao transporte coletivo (a Estação Central e o terminal Rodoviário de Santa Rita) no bairro de São José, já em processo de decadência habitacional, passou a prosperar os comércios de miudezas e de atacado (Nóbrega, 2008). Estes tipos de comércio são voltados justamente aos públicos que se utilizavam dos meios de transporte coletivos, em sua maioria de baixa e média renda (NETO, p. 68, 2022).

Segundo Neto (2022) nesses espaços onde hoje se concentra o comércio de rua, tempos atrás, prevalecia do uso habitacional, que há anos vem sendo suprimido, como fora observado por esse autor, inclusive, na atualidade. A transição do uso

residencial para o comercial teve um efeito significativo no território estudado, mudando-o de multifacetado para monofacetado, conseqüentemente, gerando efeitos diretos na forma como os espaços públicos são acessados. Para esse autor, depois que as lojas fecham (o que normalmente ocorre em dias úteis por volta das 18h30), as ruas ficam vazias, o CHR é convertido em um ambiente hostil e pouco convidativo após o fim do expediente. Na figura abaixo é possível observar um pouco mais sobre os fluxos de pessoas no *Vuco-Vuco*, mas também o contraste da baixíssima circulação de pessoas na Rua e Travessa do Forte em comparação à Rua Direita, Rua das Águas Verdes ou até mesmo a Rua das Calçadas.

Figura 63: Mapa de fluxos do Vuco-vuco- Fonte Silva e Neto:

Elaboração: Alisson Cruz, 2021

Conforme o referido autor no parágrafo anterior, o vuco-vuco abriga as mais expressivas práticas que moldam a cultura do Recife. Seu legado histórico alimenta esse acontecimento social carregado de significados plurais. Segundo Neto (2022) os protagonistas dessa narrativa são os próprios comerciantes de rua, por sua vez, são os principais agentes que desenham essa dinâmica espacial e são portadores e disseminadores de conhecimentos, das artes e modos de fazer, além de oferecerem lugar a essa espacialidade muito singular. Na figura 64 pode—se observar relação de travessia ocasionada pela proximidade às ruas de fluxo muito intenso. Ao analisarmos a figura é possível visualizar que as ruas de grande fluxo, em vermelho, possuem uma enorme extensão quando comparadas a transversalidade dos becos, com percursos mais cursos.

Figura 64 Mapa de fluxos e Localização dos Becos Fonte Silva e Neto:

Elaboração: Alisson Cruz, 2024

Em consonante com Monte e Porto Filho (2017), historicamente, os becos do CHR têm sido considerados como espaços de transição entre diferentes áreas urbanas, frequentemente conectando ruas principais e funcionando como corredores que facilitam o deslocamento de pessoas. Além disso, esses espaços podem atuar como locais de encontro e interação social. Os autores destacam a frequente movimentação de atividades cotidianas, estando elas relacionadas ao comércio de rua e à vida comunitária. Para eles, esses espaços podem abrigar vivências plurais e dar lugar para as atividades urbanas se manifestarem de maneira mais orgânica, espontânea.

Além disso, de acordo com Monte e Porto Filho (2017), os percursos realizados pelos becos, entre uma rua movimentada e outra, ou a caminho dos terminais de transporte público, carregam consigo um dos conceitos da psicogeografia urbana, a deriva, que segundo Debord (1957) citado pelos autores:

A realização da deriva pretende suscitar hipóteses, e não necessariamente resolvê-las. A intenção é percorrer a cidade com a finalidade de fazer emergir dela elementos ao acaso, como a organicidade da paisagem urbana, as espontâneas situações cotidianas e a efervescência própria do trânsito os indivíduos, ou seja, a vida cidadina em sua forma legítima. A diferença do trajeto de deriva para o caminhar habitual está na abertura dos participantes para as questões da geografia afetiva da cidade (DEBORD, 1957, apud PORTO, p. 461, 2017).

Ademais, consonante com Monte e Porto Filho (2017), o que diferencia o caminhar comum pela cidade do conceito da deriva é o fato de que a segunda proporciona aos transeuntes questionamentos sobre a geografia afetiva da cidade. Somando a isso, as derivas seriam capazes de dar ao passante uma nova relação espaço-temporal, desassociá-lo momentaneamente de experiências muitas vezes alienantes — por exemplo, o trânsito de carros, o próprio trabalho diário.

O trânsito através dos becos do centro Recife foi analisado pelos pesquisadores como uma experiência de estreitamento dessas margens fronteiriças apontadas por Debord. Pode-se afirmar que a travessia pelos becos é uma maneira de suprimir bruscamente os limites entre as ambiências da cidade, justapondo assim distintas percepções de paisagem, sons e de outros elementos do espaço das metrópoles (MONTE; PORTO, p. 465, 2017).

Porém, é importante salientar que, de acordo com Menezes (2016), onde hoje se encontra a Av. Nossa Senhora do Carmo havia dois antigos becos, ou travessas, a decorrer da época, que foram demolidos para a abertura da avenida: o primeiro, já mencionado, e o segundo se referia à Travessa do Livramento. Não tendo sido encontrados registros, até o momento, a respeito da verdadeira extensão do Beco do Sarapatel.

O Beco da Congregação, por sua vez, como era antigamente conhecido, se destaca como o de menor extensão, 29 m, passando despercebido aos olhos de quem passa pela Rua Duque de Caxias, mas muito conhecido por aqueles que cruzam essa mesma rua em direção à Praça Dezesete. No quadro também se destaca o Beco do Marroquim com 210 metros aproximadamente, localizado entre a Rua da Penha e Rua Cais de Santa Rita.

Um fato curioso a respeito do Beco do Sirigado, antes de revelarmos seu comprimento, é que há uma divergência quanto a grafia adotada pela prefeitura, designada ao beco. Já sabemos as razões que levaram a mudança de Beco para Travessa, no entanto, esse logradouro encontra-se registrado no ESIG (2024) como Travessa do “*Cirigado*”, contradizendo os achados históricos, já elucidados neste trabalho. Onde, em todas as menções, a grafia adotada foi “Travessa, ou Beco, do “*Sigirado*”, iniciando com a letra S. Dito isso, o Beco do Sirigado possui uma extensão de 82 metros, aproximados, cotidianamente cruzados por comerciantes e consumidores locais. Está localizado entre a Rua das Calçadas e à Rua Direta.

Por fim, com semelhante relevância, o Beco do Veado Branco, situado entre a Rua Direita e o Pátio de São Pedro, próximo à Rua do Fogo, possui em seu comprimento um total de 53 metros. Além desses, os outros becos catalogados também contribuem para a compreensão das relações de vizinhanças com as ruas confrontantes nos aspectos materiais e imateriais.

Dando continuação a caracterização dos aspectos morfológicos desses logradouros, a segunda etapa consistiu em adicionar informações referentes à largura apenas dos becos que ainda resistem no CHR, em especial, aqueles com atividades comerciais significativas para a compreensão das dinâmicas urbanas por elas geradas. O quadro, revela, o nome, a extensão, a largura e as ruas confrontantes dos becos selecionados.

	nome	Extensão aproximada	Proximidades
1	Beco da Bomba	77 m	R. do Fogo / Cais de Santa Rita
2	Beco do Caju	238 m	Av. Dantas Barreto / Rua do Sol
3	Beco do Calabuço	236	Av. Dantas Barreto / R. do Sol
4	Beco da Camboa do Carmo	59 m	R. das Flores / Rua Nova
5	Beco do Ciúme	126 m	Av. Dantas Barreto / R. Do Imperador II
6	Beco da Congregação	29 m	R. Duque de Caixias / Pça. Dezesete
7	Beco do Falcão	116 m	Av. Dantas Barreto / R. Vinte e Quatro de Maio
8	Beco do Marisco	125 m	R. Passo da Pátria/ R. São João
9	Beco do Marroquim	210 m	R. da Penha / Cais de Santa Rita
10	Beco dos Martírios	47 m	R. Vidal de Negreiros / São José do Ribamar
11	Beco do Ouvidor	195 m	Av. Martins de Barros / Av. Dantas Barreto
12	Beco dos Porcos	86 m	Pç. Dom Vital / Cais de Santa Rita
13	Beco do Queijo	49 m	R. Matias de Albuquerque / Rua Nova
14	Beco do Ramos	143 m	R. Floriano Peixoto / R. da Concórdia
15	Beco do Relojoeiro	89 m	R. do Sol / Av. Dantas Barreto
16	Beco da Roda	83 m	R. Siqueira Campos / Av. Dantas Barreto
17	Beco do Sarapatel	289 m	Av. Dantas Barreto / Av. Martins de Barros
18	Beco do Sirigado	82 m	R. das Calçadas / R. Direita
19	Beco do Veado Branco	53 m	R. Direita / R. do Fogo
20	Travessa do Arsenal do Guerra	130 m	R. Do Rangel / R. da Praia
21	Travessa Belas Artes	106 m	Av. Guararapes / R. Ulhôa Cintra
22	Travessa do Forte	101 m	R. de Santa Rita / Rua das Calçadas
23	Travessa Ilha de Carvalho	110 m	Av. Dantas Barreto / R. do Sol
24	Travessa do Macedo	78 m	R. Padre Muniz / Cais de Santa Rita
25	Travessa do Mercado	29 m	R. da Penha / R. Direita

Quadro 2 Logradouros por extensão e proximidades, 2024

Elaboração: Alisson Cruz, 2024

Fonte: ESIG

Nome	Proximidades	Extensão / Largura
Beco da Bomba	R. do Fogo / Cais de Santa Rita	77 m (extensa) 7 m (largura)
Beco do Sirigado	R. das Calçadas / R. Direita	82 m (extensão) 3 m; 6 m (largura)
Beco do Marroquim	R. da Penha / Cais de Santa Rita	210 m (extensão) 3 m; 6 m (largura)
Beco do Veado Branco	R. Direita / R. do Fogo	53 m (extensão) 6 m (largura)
Beco do Relojoeiro	R. Camboa do Carmo / Av. Dantas Barreto	89 m (extensão) 15 m (largura)
Beco do Marisco	R. São João / R. Passo da Pátria	125 m (extensão) 5 m (largura)
Beco da Congregação	R. Duque de Caixias / Praça .Dezessete	29 m (extensão) 2 m; 3 m (largura)
Travessa do Ar. do Guerra	R. do Rangel / R. da Praia	130 m (extensão) 7 m; 12 m (largura)
Travessa do Macedo	R. Padre Muniz / Cais de Santa Rita	78 m (extensão) 10 m; 8 m (largura)
Travessa do Mercado	R. da Penha / R. Direita	29 m (extensão) 10 m (largura)
Travessa dos Martírios	R. Vidal Negreiros / São José do Ribamar	47 m (extensão) 5 m; 6 m (largura)

Quadro 3: Logradouros por extensão, largura e proximidades, 2024)

Elaboração: Alisson Cruz, 2024.

Fonte: ESIG

Conseqüentemente, considerando as informações dos dados no Quadro 3, é possível afirmar que a Travessa do Mercado é, de fato, a mais estreita, com 29 metros de largura. Além disso, os comprimentos da Travessa dos Martírios e da Travessa da Congregação também são inferiores a 50 metros. Cabe destacar que o menor valor em termos de largura vem da Travessa da Congregação e que a maioria dessas ruas registra larguras inferiores a 10 metros, muitas vezes voláteis. As disparidades de

largura dentro de um único beco materializam a natureza heterogênea desses espaços e a multiplicidade de diferentes possibilidades de interações sociais e comerciais, como também observado pelos autores supracitados. Ademais, o passo seguinte consistiu-se em identificar as tipologias predominantes, produtos e serviços ofertados, como mostra o quadro 03:

Nome	Tipologia / Quantidade	Serviços / Produtos ofertados
Beco da Indústria	1 edifício – imóvel; 2 sobrados – imóvel	Estacionamento; serviço público; depósito.
Beco do Sirigado	23 lojas – imóvel; 15 tabuleiros – móvel	Roupas; sapateiro; alimentícios.
Beco do Marroquim	22 barracas – imóvel; 2 fiteiros – imóvel; 2 lanchonetes – imóvel;	Redes; rendas; aviamentos; tecidos, sapateiro.
Beco do Veado Branco	11 fiteiros – imóvel; 7 lojas- móvel; 8 barracas – móvel.	Amolador de alicate; cabeleireiro; roupas; variedades
Bc. do Relojoeiro	16 barracas – imóvel.	Roloeiro; chaveiro.
Tv. Congregação	7 barracas – imóvel	Alimentícios.
Tv. Ar. Do Guerra	4 fiteiros – imóvel. 1 lanchonete – imóvel.	Roupas; alimentícios.
Tv. do Macedo	12 barracas – móvel; 6 fiteiros – imóvel.	Bebida alcoólica; cigarro; alimentícios.
Tv. do Mercado	14 fiteiros – imóvel; 8 carroças – móvel	Roupas; óculos; amolador de alicate.
Tv. dos Martírios	2 Lojas – imóvel; 4 carroças – movel.	Roupas; conserto de máquina de costura; alimentícios.

Quadro 04: Caracterização dos becos por tipologias, serviços e produtos mais ofertados

Elaboração: Alisson Cruz, 2024.

Fonte: Levantamentos em campo e por fotografias

A partir do quadro acima, evidenciou-se, que sim, os becos do CHR possuem, à sua maneira, dinâmicas e ofertas de serviços em uma lógica de setorização comercial, onde, em cada um deles, é possível encontrar produtos e serviços específicos. Tal afirmativa se comprava, ainda, com o caso do Beco do Veado Branco, por exemplo. Por lá são ofertados serviços de amolar alicates e barbeiro. Quem cruza o Pátio de São Pedro, pelo beco, não tem como ignorar a quantidade de comerciantes, ofertando os mesmos tipos de serviços, não apenas, produtos semelhantes. Desse modo podemos concluir que, de fato, há uma consolidação do tipo de mercadorias ofertadas. A respeito do Beco do Marroquim, com suas rendas, aviamentos e tecidos em uma bela alusão ao oriente, deixam uma marca no imaginário popular daqueles que passam por lá, à maneira com que seus produtos são dispostos para oferta nesse caso ressaltando, a força desse comércio fez com que o seu nome inicial fosse esquecido pelo tempo, a mesma maneira em que resistiu às tentativas de remodelação de sua toponímia pelo poder público. Consolidou-se como ofertante de produtos específicos e criou arquétipos do oriente que deram nome ao local.

3.3 Agentes

Também foram realizadas entrevistas com proprietários e inquilinos de barracas para melhor entender esses agentes em transações imobiliárias; apenas quatro deles eram proprietários (33,3%), enquanto oito eram inquilinos (66,7%). Quanto à maioria dos inquilinos (75%), de fato eles alegaram ter um contrato com firma reconhecida, com apenas dois inquilinos (25%) admitindo um contrato informal. Outro elemento que influencia os preços é o período em que o comerciante ocupa o local. Alguns declaram que usam os becos há mais de quatro décadas. Para exemplificar, alguns dos entrevistados do Beco do Marroquim, Travessa do Mercado e Beco do Sirigado tiveram seus aluguéis reduzidos e alguns abriram mão pelo mesmo motivo devido ao tempo em que ocupam os espaços.

4 PREÇOS DOS BENS IMOBILIÁRIOS NOS BECOS VS. ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Vasconcelos, Maciel e Lacerda (2018) investigam os becos mencionados como uma paisagem em constante movimento, com uma temporalidade definida, uma vez que o horário comercial dita o fluxo de pessoas. Os autores especulam que o preço por metro quadrado das barracas nos becos provavelmente seja mais alto em comparação com o dos imóveis localizados nas ruas adjacentes. Para eles, isso seria resultado do intenso movimento de pessoas que circulam naquela área, o que é crucial para a dinâmica do capital comercial e afeta a concorrência entre os comerciantes pelo espaço disponível.

4.1 Submercados Imobiliários no Centro Histórico do Recife

Para entender as particularidades do mercado imobiliário nos Becos de São José, é essencial iniciar com uma análise que esclareça a dinâmica do mercado imobiliário no Centro Histórico do Recife (CHR). Conforme os conceitos apresentados por Abramo e Lacerda (2020), o bairro de São José é identificado como um dos submercados imobiliários do CHR, cada qual com suas próprias características e dinâmicas no mercado de compra, venda e aluguel de imóveis. Segundo os autores, até recentemente, os efeitos das políticas e incentivos sobre o mercado imobiliário nos centros históricos eram pouco conhecidos; foi apenas em 2012 que esses impactos começaram a ser revelados, coincidentemente com o início da pesquisa sobre o Funcionamento do Mercado Imobiliário em Centros Históricos das Cidades Brasileiras (MICH): Recife-PE; São Luís-MA e Belém-PA. Os autores também destacam que essas áreas centrais históricas são influenciadas por diversos agentes, cujas lógicas patrimoniais (descaracterizar, substituir, abandonar, recuperar o imóvel) eram, até então, pouco compreendidas. Muitos proprietários e locadores enfrentam inquilinos cujos comportamentos também eram desconhecidos (LACERDA; ABRAMO).

Figura 67: Submercados do CHR

Fonte: Gemfi/UFPE, 2020. Elaboração: Antônio Lacerda e Andresa Santana

Ainda em conformidade com Abramo e Lacerda (2020), no submercado São José predominam os lotes majoritariamente entre 50 m² e 200 m², alongados e muito estreitos; suas construções chegam a ter até 4 pavimentos e são germinadas. Isso porque então muitas construções têm abertura para as ruas, sendo possível visualizar até mesmo os produtos comercializados nas lojas. Isso serve para beneficiar em última instância a atividade comercial e constitui factualmente uma microlocalização ("vuco-vuco" em termos populares), algo que não pode ser dissociado da demanda regional (macrolocalização). Temos que considerar que dentro desse submercado, o maior percentual é composto por comércios (populares) com grande circulação de pessoas. O submercado São José é o quarto no ranking por valor, com um preço médio de R\$ 23,29 o metro quadrado. A micro e a macrolocalização garantem aos locatários aluguéis líquidos após a negociação, que repercutirão como renda (lucros excedentes) para os proprietários (a grande maioria dos quais são pessoas físicas, tanto no ano 2000 (74,4%) quanto em 2018 (75,7%))

A disseminação da propriedade imobiliária permite afirmar que esse mercado funciona com base em modelo de *concorrência imperfeita*, como viés de *concorrência monopolista*. Importa anotar

que o primeiro economista a admitir a situação de concorrência monopolista foi Edward Chamberlin (1933). Os princípios de base desse modelo são heterogeneidade dos produtos, a incapacidade de substituição de cada um deles, além da atuação de muitos vendedores e de muitos compradores (LACERDA, N; ABRAMO, P, p 21)

Sobre esta forma de aquisição de imóveis pelos proprietários (na sua grande maioria pessoas físicas) são, nas palavras dos autores, o que torna robusta a ideia de que essas pessoas, muitas delas herdeiras e ex-moradoras do bairro, foram se tornando rentistas e chegaram mesmo a aumentar seu patrimônio com vistas ao aluguel para atividades comerciais e de serviço” (LACERDA, N; ABRAMO, P, p 16. 2020)

4.2 Preços dos bens imobiliários nos Becos do Submercado São José

Convém anotar que as tradicionais barracas, enfileiradas e espremidas em becos – abarrotadas de artigos expostos à venda – constituem imóveis da mesma forma que lojas comerciais e de serviços. Carregam consigo, amparadas pela legislação, o *status* de imóveis que participam, como as demais unidades, do mercado imobiliário.

Consoante o Artigo 79 do Código Civil de 2002, "são bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente." Sendo assim, o solo é imóvel por natureza e tudo que nele foi aderido é considerado imóvel, seja por acessão natural ou física. No primeiro caso, trata-se das árvores, por exemplo. No segundo, de tudo que o homem incorporar permanentemente ao solo de modo que não se possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano (GOMES, 2016). Portanto, boxes, fiteiros ou bancas de revistas fazem parte do rol de bens imóveis, sendo então objeto do nicho econômico do setor imobiliário. Mesmo que esses bens estejam em situação irregular, a sua clandestinidade não afasta a sua natureza imobiliária (bem imóvel), fazendo parte da dinâmica, mesmo que informal, do mercado imobiliário.

Primeiramente, embora apenas 15 Becos tenham resistido às demolições para a abertura das Avenidas Guararapes e Dantas Barreto, aqui analisaremos, especificamente, os preços de oferta do mercado imobiliário no Beco do Veado Branco. Com o objetivo desvendar o que ocorre andando por entre os becos do Centro

Histórico do Recife, também no que se refere ao mercado imobiliário ali presente, durante as visitas de campo, para caracterização, através dos questionários aplicados aos comerciantes, também foram obtidos dados sobre os preços de mercado das transações imobiliárias que giram em torno das barracas que situadas em alguns becos e travessas. Os cinco logradouros listados a seguir no Quadro 04 referem-se àqueles que se destacaram pelo caráter comercial e cultural relativamente mais ativo, onde são revelados os preços de aluguel.

Nome	Preço do Aluguel (R\$)	Área (m ²)	Preço do m ² (R\$)
Beco do Sirigado	2000,00	15.00	133,33
Beco do Marroquim	500,00	6.00	83,33
Beco do Veado Branco	1000,00	0.75	1.333,33
Tv. Arsenal. Do Guerra	700,00	1.95	358,97
	600,00	1.95	307,69
Travessa do Mercado	600,00	1.30	461,53
	500,00	1.30	384,61

Quadro 05 Relação do preço do aluguel em função da área (m²)

Elaboração: Alisson Cruz, 2024.

Fonte: Questionários e levantamentos em campo.

O quadro revela os preços do aluguel por metro quadrado e a área de barracas ofertadas de cinco becos do Centro Histórico do Recife. É importante destacar que esses dados foram levantados apenas nos becos que estão situados próximos às áreas de maior concentração de comerciantes de rua, ou seja, ruas de grandes fluxos, como a Rua Direita, Rua das Calçadas, Rua da Penha e Rua da Praia, e com a Estação Central do Recife, O Cais de Santa Rita e o Mercado de São José. Durante

a conclusão do subprojeto “*Alugam-se ou Vendem-se Barracas: descortinando os becos do centro histórico do Recife*” Ainda ficou comprovado o quanto a relação de proximidade com essas ruas e equipamentos geradores de centralidades urbanas, e o valor cultural atrelado ao *vuco-vuco*, são indissociáveis dos preços ofertados no mercado imobiliários de barracas. Sendo assim, os dados revelam que o Beco do Sirigado possui o preço de aluguel (referente à unidade barraca) mais elevado (R\$ 2.000,00). Embora seja o detentor do maior preço de aluguel, não ocupa também o mesmo lugar no quesito preço por metro quadrado, posição que ocupa o Beco do Veado Branco por possuir o preço por metro quadrado mais valorizado, dentre as lógicas do mercado imobiliário, (R\$ 1.333,33). Em contrapartida, também apresenta a menor área de barraca (0,75 m²). Por fim, mas não menos importante, o menor preço (R\$ 83,33) por metro quadrado, é ofertado no Beco do Marroquim que, mesmo sendo um dos mais antigos becos do CHR, como aponta MENEZES (2016), não se encontra entre os mais elevados preços no mercado imobiliário.

Considerando o Beco do Veado Branco como exemplo, ele não apenas é detentor do maior preço de aluguel de barraca, como também possui o preço por metro quadrado mais valorizado quando comparado ao preço médio por metro quadrado do submercado de imóveis comerciais (lojas) de São José. Segundo com BORGES (2022), é R\$ 28,37 e em conformidade com ABRAMO e LACERDA (2020) possui o preço médio mais caro dentre os submercados. No caso dos fiteiros, há a possibilidade do proprietário de uma única edificação arrecadar em torno de (R\$ 11.000,00) pelo aluguel de sua fachada, não somente, a calçada. O espaço público é então incorporado às práticas de mercado. Os fiteiros localizados na fachada da edificação possuem, em geral, 1,50 metro de largura por 0,5 metro de profundidade, restando ao locatário a utilização, também, das calçadas. Isso mostra que não apenas os ambulantes ocupam o espaço público com suas mercadorias, como afirmam VASCONCELOS, MACIEL e LACERDA (2018), mas também os comerciantes de rua que possuem vias de contratos formais, com pontos comerciais fixos.

Além disso, o sobrado onde está sendo comercializada a fachada lateral direita figuras 68 e 69, voltada para o Beco do Veado Branco (Rua de São Pedro), possui, conforme o Departamento de Tributos Imobiliários – DTI da Prefeitura do Recife, uma área total de 182,12 metros quadrados. Sendo importante então, evidenciar que valor do metro quadrado de construção é de R\$ 826,10. Ao compararmos os valores ofertado pelo fiteiro instalado na fachada dessa edificação, com o preço do metro

quadrado do sobrado por completo, pode-se compreender ainda mais a questão da valorização do mercado imobiliário no Beco do Veado Branco.

Figuras 68 e 69: Beco do Veado Branco

Fonte: Alisson Cruz, 2022.

A qualidade do espaço público, no que desrespeito, em especial, à acessibilidade, é comprometida pela obstrução das calçadas, a área dos fiteiros alugados não é suficiente para que os comerciantes instalem suas mercadorias e, ainda assim, o preço do metro quadrado do fiteiro ultrapassa o valor do metro quadrado da área construída. O fato exposto reafirma o quão importante é o fluxo de pessoas para os agentes imobiliários, pelo caráter majoritariamente comercial do submercado São José, onde o fluxo de pessoas é um dos fatores principais a ser considerado na elaboração dos preços de mercado

5 CONCLUSÃO

Em suma, o Centro Histórico do Recife passou por inúmeras transformações que refletiram em sua morfologia, conseqüentemente, na sua paisagem. Soterrando as memórias das diversas ruas, becos e travessas, atropeladas pelo ideal do “progresso”. Para a abertura das Avenidas Guararapes e Dantas Barreto. Resultando, ainda, em um palimpsesto dos diversos tempos enraizados na sua trama urbana. Outrossim, os nomes de inúmeras ruas e becos deixaram de existir ou foram substituídos, devido às tentativas de higienização da Ilha de Antônio Vaz, disfarçadas pelas políticas públicas de modernização do CHR, à época. Evidenciou-se também, que as buscas pela recuperação históricas das ruas, becos e travessas do Recife, é um tema recorrente dentre os historiadores, pesquisadores e jornalistas de épocas distintas. Incentivados pela constante mudança na toponímia dos logradouros de Santo Antônio e São José.

Além disso, as dinâmicas do mercado de aluguel de barracas incorporaram, à sua maneira, as lógicas do mercado imobiliário formal de aluguel, influenciadas pela proximidade com as ruas de maior fluxo, como a Rua da Direita, Rua das Calçadas, Rua da Penha, *o vucó-vucó*. Os becos situados no submercado imobiliário São José, possuem não apenas valores culturais, mas também valores significativos de mercado. Ademais, o preço por metro quadrado do Beco do Veado Branco (R\$ 1.333,33) é consideravelmente mais elevado do que o preço médio por metro quadrado do Submercado São José (R\$ 28,37) em 2021, que, de acordo com os autores, possui o preço médio por metro quadrado mais valorizado do CHR.

Além disso, embora não seja possível afirmar, nada nos impede de levantar a seguinte hipótese: se os becos, ruas e travessas, mencionados neste trabalho, com as diversas transformações morfológicas e tipológicas que sofreram, poderiam também, caso não houvessem sido demolidos, incorporar às suas mais variadas atividades, possivelmente ainda existentes, o uso comercial. Por assim dizer, o comércio de rua que podemos encontrar hoje nos becos que resistiram à passagem do “progresso” também nesses outros becos?

Por fim, buscou-se complementar a tão exígua produção acadêmica sobre os becos do CHR, destacando a importância histórica desses becos há séculos ocupados por comerciantes recifenses.

6 REFERÊNCIAS

XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa. Abertura da Avenida Dantas Barreto: a modernização do centro do Recife, 1930 - 1970. [...]. [S. l.: s. n.], 2003.

BORGES, A, Dinâmica imobiliária de aluguel no Centro Histórico do Recife em tempos de pandemia. Orientadora: Dr^a Norma Lacerda. 2022. 17 p. Pibic – Universidade Federal de Pernambuco, RECIFE, 2022.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. Enciclopédia urbana do Recife. Recife: Poço Cultural, 2018.

CRUZ, Alisson. Alugam-se e/ou vendem-se barracas: descortinando os becos do centro histórico do Recife. Recife: UFPE, 2021. Pesquisa PIBIC.

CRUZ, Alisson. Alugam-se e/ou vendem-se barracas no Centro Histórico do Recife: resistências simbólicas e preços de mercadoUFPE, 2021. Pesquisa PIBIC.

FERRER, Bruna Rafaella. Guia Como do Centro do Recife: Arqueologia do Presente. 1. ed. Recife-PE: [s. n.], 2015. 109 p. v. 1.

HALLEY, Bruno Maia. Arruando pelo beco: um nome do passado evocado no afeto e no desamor da gente da cidade. Revista de Geografia, PPGeo, v. 2, nº 1 (2012).

LARCERDA, N; ABRAMO, P. O mercado de aluguel de imóveis comerciais e de serviços em centros históricos brasileiros: implicações da conservação inovadora e da destruição aniquiladora nos preços dos bens patrimoniais. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 22, E202027pt, 2020. DOI 10.22296/2317-1529rbeur.202027pt

LORETTO, Rosane. Histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Orientador: Dr^a Virgínia Pontual. 2008. 274 p. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, RECIFE, 2008.

MONTE, Luiz Augusto; PORTO FILHO, Gentil Alfredo. Entre becos: experimentos situacionistas no centro do Recife. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 456–468, 2017. DOI: 10.20396/urbana.v9i2.8648581. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8648581>. Acesso em: 9 out. 2024.

MENEZES, L, Habitação no centro histórico do Recife: Argumentação em favor do aluguel social como ferramenta de preservação. Urbicentros. João Pessoa, 5, 11/2016.

MENEZES, José. ATLAS HISTÓRICO E CARTOGRÁFICO DO RECIFE. RECIFE: [s. n.], 2016. 1 atrals.

MUSEU DA CIDADE DO RECIFE. Acervo digital: fotografia, volumes 01, 02 e 03. Recife: 2023.

NEVES, T. DE C.; VASCONCELOS, P. B.; LACERDA, N. TRAJETÓRIAS CHINESAS EM ROTAS DE COMERCIALIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES NOS CENTROS HISTÓRICOS DO BRASIL A PARTIR DO CASO RECIFE - PE. GEOgraphia, v. 24, n. 52, 5 maio 2022.

QUINTAS, Fátima. O Recife: passeio à antiga. Recife: Edições Bagaço, 2009.

VASCONCELOS, P; MACIEL, C; LACERDA; N. Pelas frestas e becos do patrimônio: o lugar do (in) visível no centro histórico protegido do Recife. Revista de Geografia, Recife, n. 3, p. 89-102, 2018.

VASCONCELOS, Priscila Batista e MACIEL, Caio Augusto Amorim. No mais entranhado da cidade: imagens e espacialidades dos becos no centro histórico do Recife. Revista Espaço e Cultura, n. 39. Janeiro-Junho, 2016.

SILVA, C. S. M. A dinâmica espacial do mercado imobiliário de aluguel comercial em áreas históricas dos Bairros de Santo Antônio e São José. 2018, 137 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, XIV., 2016, Recife. A transformação do bairro de Santo Antônio no Recife (1938-1949) [...]. RECIFE: [s. n.], 2016.

ZANCHETI, S. O Recife do século XVIII como cidade barroca. Academia.edu, 2021. Disponível em: (https://www.academia.edu/22316063/O_Recife_do_s%C3%A9culo_XVIII_como_cidade_barroca). Acesso em: (28/02/2021).